

AMANDA OLIVEIRA

OS ARTESÃOS DA EDUCAÇÃO

CONVERSA COM EDUCADORES GUARANI
DA ALDEIA TENONDÉ PORÃ



OS ARTESÃOS DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

OS ARTESÃOS DA EDUCAÇÃO

CONVERSA COM EDUCADORES GUARANI
DA ALDEIA TENONDÉ PORÃ

AMANDA FERREIRA DE OLIVEIRA
ORIENTAÇÃO: ROSANA DE LIMA SOARES

SÃO PAULO
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Amanda Ferreira de

Os Artesãos da educação: Conversa com os educadores guarani da aldeia Tenondé Porã / Amanda Ferreira de Oliveira ; orientadora, Rosana de Lima Soares. -- São Paulo, 2018.
150 p.: il. + CD.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Jornalismo e Editoração/Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão corrigida

1. Educadores indígenas I. de Lima Soares, Rosana II.
Título.

CDD 21.ed. - 070

Orientadora

Membro Titular

Membro Titular

RESUMO

A cultura tem papel importante no contexto da educação indígena. Em 1988, a Constituição Federal assegurou aos indígenas o direito a uma escola diferenciada, que valorize seus costumes, língua e práticas próprias de ensino. Com intuito de fortalecer a sua cultura por meio da educação, as lideranças guarani construíram, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs) nas aldeias Krukutu, Tenondé Porã e Jaraguá. Objetivo deste trabalho é apresentar quais foram desafios para a construção desses espaços e como eles contribuem para a disseminação do conhecimento guarani. Este livro-reportagem também traz a história de seis educadores da Tenondé Porã e mostra como eles trabalham elementos como artesanato, agricultura e música junto com as crianças. A apuração do material foi feita com base em entrevista com os educadores e visitas às aldeias. Também foi realizada a leitura de materiais produzidos por pesquisadores indígenas e não indígenas. A partir dos relatos, foi possível perceber a importância do CECI para a comunidade guarani. Além de ser um centro de disseminação cultural, ele se tornou uma fonte de renda para muitos educadores, oficinairos, faxineiros, seguranças e cozinheiros.

Palavras-chave: Educação. Cultura. Indígenas. Guarani. Educadores.

ABSTRACT

Culture has an important role in the context of indigenous education. In 1988, the Federal Constitution assured indigenous people of the right to a different school, which values their customs, language and teaching practices. In order to strengthen their culture through education, Guarani, in partnership with the City of São Paulo, built “Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs)” in the tribes of Krukutu, Tenondé Porã and Jaraguá. The purpose of this paper is to approach the challenges for the construction of those spaces and how they contribute to the dissemination of Guarani knowledge. This book also narrates the story of six Tenondé Porã educators and shows how they teach art, agriculture and music to children. The material was gathered based on interviews with the educators and visits to the tribes. Also, the reading of materials produced by indigenous and non-indigenous researchers. From the reports, it was possible to perceive the importance of the CECI to the Guarani community. In addition to being a center of cultural dissemination, it has become a source of income for many educators, janitors, security guards and cooks.

Keywords: Education. Culture. Indigenous. Guarani. Educators.

AGRADECIMENTOS

Quando tive a ideia de escrever esse livro, sabia que seria impossível fazer sozinha. Tive apoio de muitos amigos que já conhecia ou que conheci no caminho. Primeiro, queria agradecer a minha professora orientadora, Rosana de Soares. Cheguei a sua sala cheia de angústias e dúvidas e ela aceitou me orientar. Com suas sugestões, consegui dar forma a esse projeto.

Também dedico esse livro ao povo Guarani da Tenondé Porã por ter aberto a porta da sua casa para conversar comigo. Ao coordenador Isaque Karai por me ajudar a entender um pouco da sua cultura. Agradeço aos educadores Jonatas da Silva, Josiane Verissimo, Juscelino Peralta, Adriano Verissimo e Jacira Verissimo por dividir suas histórias comigo.

Não poderia também ter feito esse trabalho sem ajuda da professora Priscila Silva Oliveira e da jornalista Tatiane Klein, que já há muito tempo trabalham com a temática indígena. Agradeço ao escritor Cristino Wapichana pelos conselhos literários. Ao meu amigo Jaime Matses por me contar um pouco das lutas dos povos indígenas. Às minhas amigas Isadora Vitti, Joana Darc Leal e Sabrina Santos por suas sugestões.

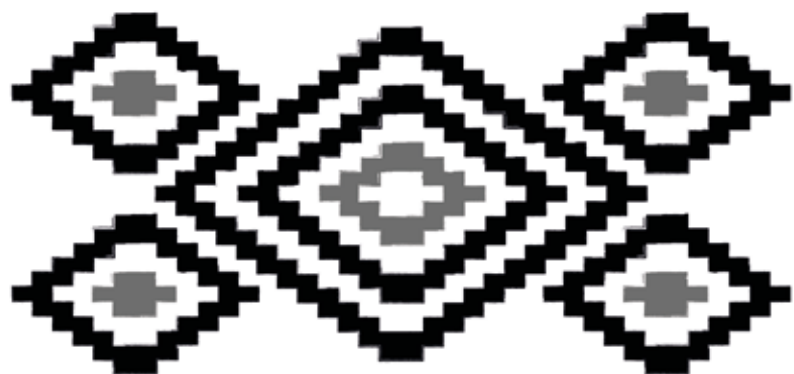
Ao meu amigo, Leandro Bernardo (Esquilo), por suas ideias criativas para colocar esse projeto no papel.

Agradeço ao meu editor, Fabiano Candido, e aos meus amigos do trabalho por terem me ajudado a me tornar uma repórter. E aos professores Emerson de Oliveira Souza e Ivan Paganotti por contribuírem com seus apontamentos em relação ao tema.

Meus familiares também tiveram um papel importante nessa minha trajetória. Minha avó, dona Sinharinha, foi a minha inspiração. A dona Maria Rodrigues, minha mãe, sempre esteve ao meu lado. Foi mais que uma apoiadora. Colocou o “pé na estrada” comigo e me acompanhou até a aldeia. Minha irmã, Andréia Oliveira, dirigiu por quase quatro horas para levar essa “pirralha”, como ela diz, até à Tenondé Porã. Ela foi a primeira a me dizer que um dia eu estudaria na Universidade de São Paulo, quando eu nem sabia o que era faculdade. Agradeço a minha sogra, Aparecida de Fátima, por preparar os meus lanchinhos para as visitas de campo e também por me acompanhar.

Meu noivo Felipe Cabrini foi o primeiro a ouvir o tema do meu TCC. Ele sempre me apoiou em todas as minhas decisões e dessa vez não foi diferente. Agradeço a ele por ter ido comigo até a aldeia. Por ouvir pacientemente todas as minhas histórias e principalmente por ser o grande parceiro da minha vida.

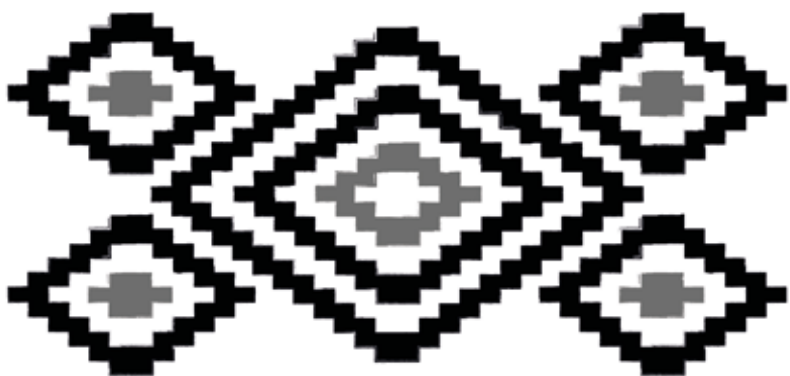
Dedico esse livro também a uma pessoa que não vai poder lê-lo: meu pai, Eloy Oliveira, que faleceu em 2010. Ele foi o meu primeiro leitor. Já lia os textinhos que eu fazia na escolinha. Agradeço a ele por ter sido o olhar encorajador durante a minha vida. Algo que nunca será apagado da minha memória.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	- 14
1. OS GUARANI DA CIDADE	- 22
2. O EDUCADOR ATERSÃO	- 32
3. SÍMBOLO DE FORTALECIMENTO CULTURAL	- 50
4. EDUCAR E APRENDER	- 68
5. A LUTA PELO ESPAÇO DELA	- 78
6. O EDUCADOR PESCADOR	- 92
7. O OLHO POR TRÁS DA BUROCRACIA	- 106
8. UMA CANTORA NO CECI	- 116
POSFÁCIO	- 128
GLOSSÁRIO	- 134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	- 135
FOTOS	- 142

PREFÁCIO



Eu sempre fui apaixonada por educação. “Isso é de família”, dizia minha mãe. Minha avó, dona Sinharinha, foi professora lá na zona rural do município de Santana do Ipanema, estado de Alagoas.

Alfabetizar as crianças com o famoso Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) nunca foi fácil para minha avó. Eram horas de caminhada. E ainda, na volta, ela tinha que ignorar a cara amarrada do seu Noé, meu avô, e cuidar de nove filhos. Mesmo assim, ela continuou seu caminho na educação. Hoje, com seus 86 anos, ela vive com Alzheimer e pouco se lembra daquela época.

No entanto, o trabalho dessa professora fez parte da minha inspiração para escrever esse livro-reportagem. Ouvir as histórias de educadores. Essa era a minha ideia inicial, mas eu precisava de um recorte. Foi quando a cultura entrou em cena. Durante a graduação, sempre estive envolvida com o Projeto Redigir, curso de comunicação e cidadania, oferecido na USP.

Sendo educadora e coordenadora, aprendi com os meus amigos “Cureds” (como chamamos os membros do projeto) que a educação vai muito além dos livros didáticos. Era necessário parar de ignorar as experiências de vida dos educandos. Valorizar a palavra “troca”. Já dizia o nosso velho amigo

Paulo Freire: “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam em comunidade” (FREIRE, 1987, p.79).

Havia aí definido que iria falar com educadores que fizessem o diálogo entre educação e cultura. Em minhas pesquisas, descobri que a nossa Constituição Federal de 1988 assegura aos povos indígenas uma educação diferenciada, que valorize sua cultura, língua e práticas próprias de ensino.

Fiquei curiosa e decidi conhecer mais sobre como isso é aplicado pelos educadores. Depois de conversas com amigos e pesquisadores, conheci o Centro de Educação e Cultura Indígena. Um espaço reivindicado pelo povo Guarani à Prefeitura de São Paulo. Carinhosamente chamado de “CECI”, a instituição tem a missão de fortalecer a cultura guarani entre as crianças. Viajei por quatro horas para conhecer um desses espaços que fica na aldeia Tenondé Porã, em Parelheiros.

Como fica próxima ao centro da cidade, a aldeia tem muito contato com a cultura não indígena. Não é possível fechar os olhos para ela, porém, com o CECI, os moradores da Tenondé conseguem manter vivos seus costumes e cultura na memória dos pequenos.

O povo Guarani Mbya¹ me recebeu com

¹A grafia dos nomes indígenas neste trabalho seguirá as regras da Convenção para grafia dos nomes tribais - CGNT. Elas estão disponíveis no Manual de Redação Oficial da Fundação Nacional do Índio de 2016, disponível em <https://bit.ly/2DCzWpY>.

muito respeito. Fizemos um acordo que teríamos uma experiência de trocas. Estava disposta a aprender. É claro que entendo a limitação da minha fala. Não sou indígena e desconheço se tenho qualquer ascendência em minha família. No entanto, durante esse Trabalho de Conclusão de Curso cresci muito como educadora, cidadã e aspirante à jornalista.

Conheci escritores indígenas premiados, como Cristino Wapichana e Daniel Munduruku, eles também me inspiraram a colocar essa ideia no papel.

Nos próximos capítulos, o leitor conhecerá a história de seis educadores do CECI da Tenondé Porã. Pessoas diferentes, que trazem suas perspectivas sobre a educação e o fortalecimento dos costumes do seu povo.

O coordenador cultural Isaque Karai desempenha muitos papéis na aldeia. É um educador. Um artesão. Uma liderança. Vê na arte que aprendeu com o avô uma forma de aproximar as crianças da cultura guarani. O músico Jonatas da Silva veio do Espírito Santo atrás de uma namorada e acabou ficando na Tenondé.

Josiane Verissimo conta como lutou para conquistar seu espaço no CECI. Mesmo enfrentando preconceitos por ser mulher, ela não desistiu. Já Juscelino Peralta teve que lutar para

¹(cont.)Segundo a convenção, os nomes tribais devem ser escritos com letra maiúscula, facultando-se o uso de minúscula em seu uso adjetival. Os nomes tribais, também, quer usados como substantivos ou como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número.

conseguir terminar seus estudos. Veio de Ubatuba. Na época, que era estudante, caminhava por quase meia hora para chegar à escola.

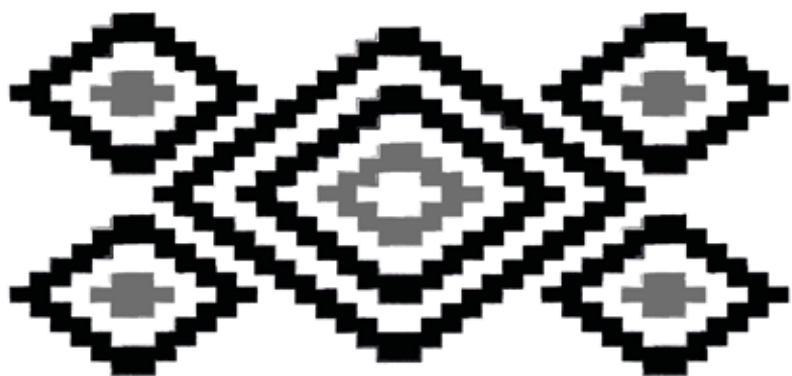
Adriano Verissimo é coordenador educacional do CECI. É uma das pessoas mais antigas do espaço. Fica mergulhado nos processos burocráticos. É também uma voz importante na comunidade para conscientização dos não indígenas sobre o modo de vida do povo Guarani. Finalizo com a personagem Jacira Verissimo, também uma das “veteranas” do CECI. Sempre gostou de cantar. Chegou a participar do coral da aldeia e hoje ensina as crianças.

O leitor, por meio da imaginação, poderá passear pela aldeia e conhecer um “pedaço” da cultura e da luta do povo Guarani. Falo de educação, mas não deixo de tocar em assuntos que permeiam o papel político dos povos indígenas. Afinal, a educação é um instrumento para tornar as relações entre eles e nós um pouco menos desiguais. A nossa primeira personagem é a aldeia Tenondé Porã: a casa do povo Guarani da metrópole paulista.

Amanda Oliveira
Novembro de 2018



1. OS GUARANI DA CIDADE



Sábado de manhã. Aos poucos, a aldeia Tenondé Porã vai acordando. De um lado, o canto do galo rompe o silêncio matutino. Do outro, crianças estão jogando bola; os pequenos saem acelerados em seus triciclos.

Velha conhecida da cidade de São Paulo, a Tenondé Porã é o lar dos Guarani Mbya. Um dos caminhos para conhecê-la é passar pelas curvas da Estrada da Barragem. Para quem vai de carro, a aldeia fica em média a 11 quilômetros do terminal Parelheiros. Lá, no extremo sul da metrópole paulista.

O acesso à *tekoa* — “aldeia” na língua guarani — é pela estradinha de terra João Lang. Por ela, uma “trupe” de cachorros, muitas vezes, fica atenta, observando ou latindo, conforme as pessoas passam. Em sua caminhada, os pedestres também precisam se acostumar com os carros apressados no caminho. Após andar por cerca de um quilômetro, as residências de não indígenas vão desaparecendo e já é possível ver as casas feitas de tijolos, às vezes, com suas janelas e portas abertas.

A aldeia Tenondé Porã é um “pedacinho” da Terra Indígena (TI) Tenondé Porã (TI). Sim! Elas têm o mesmo nome, já que a aldeia é uma das mais populosas da TI. Antigamente, a *tekoa* era chamada de Morro da Saudade. O velho território, além da Tenondé, abriga em seus limites mais sete aldeias:

Krukutu, Guyrapaju, Kalipety, Yrexakã, Kuaray Rexakã, Tape Mirĩ, Tekoa Porã.

A Tenondé Porã também é conhecida como aldeia da Barragem. Entre sua paisagem, predominantemente verde, as folhas de cana e as plantações de milho se destacam. Se adentrarmos mais, é possível vermos os pezinhos de batata-doce no caminho. Os olhos mais atentos podem reparar também nos vestígios das cascas de melancia pelo chão e nas galinhas circulando livremente em volta das casas.

De longe, uma fumaça anuncia que as famílias estão fazendo churrasco. Há até um “fórrózinho” tocando ao fundo. A aldeia é dividida por núcleos familiares. Assim, pais moram perto dos filhos e filhas; e os sogros dos genros e das noras.

Sentados, segurando seus cachimbos, homens e mulheres observam os adolescentes passando rapidamente com seus celulares em mãos. Dentro da aldeia, há *wi-fi* livre, porém os moradores dizem que ele não funciona aos fins de semana. A reivindicação veio dos educadores, para evitar que os jovens passassem horas na internet.

Entre os lares, é possível ouvir conversas e sussurros apenas em guarani, sejam entre crianças ou adultos. No entanto, os moradores da Tenondé já estão acostumados com a presença de pessoas de fora. Apesar dos Mbya falarem apenas sua língua entre si, o *jurua* — não indígena — sempre é recebido com um “bom dia” ou um tímido “oi”.

De acordo com os resultados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a língua materna

dos Mbya é uma das 274 línguas indígenas que sobrevivem no Brasil. O IBGE já contabilizou a existência de uma diversidade de 305 etnias diferentes. O órgão também registrou 896 mil pessoas que se declaram ou se consideram indígenas.

Na visão dessa comunidade, generalizar o “índio” à figura romântica ou selvagem presente nos livros didáticos é diminuir e esconder a sua diversidade cultural. Cada etnia tem o seu modo ser. Uma usa cocar; outra, não. Tem aquela que faz pintura, mas há outra que prefere andar apenas com seu colar de sementes e seu cachimbo.

Os povos originários também costumam ser associados a uma imagem infantilizada: muitos de nós já ouvimos a expressão “o indiozinho”. É como se eles estivessem parados no tempo, não tivessem história ou até que a história deles começa após a chamada “descoberta” pelo europeu.

Durante a minha jornada para escrever este livro, participei de alguns eventos. Dentre tantos, o primeiro deles foi o que mais me marcou. Era o mês de abril. Já tínhamos passado o “Dia do Índio”, comemorado no dia 19 do mesmo mês. Em um sábado ensolarado, fui até a região central de São Paulo, no prédio da Caixa Cultural. A cidade estava vazia, afinal, era uma ponte de feriado. Eu estava lá para ver a “Caravana Mekukradjá - Literatura Indígena em Movimento”. O evento tinha por trás um “nome de peso” da literatura: Daniel Munduruku. O escritor trabalha com o público infanto-juvenil e já ganhou vários prêmios. Inclusive ostenta em seu “currículo” o Prêmio Jabuti 2017.

Lá, junto com as crianças, ouvi histórias tradicionais, dancei e aprendi. Conheci o músico e contador de histórias Cristino Wapichana, da aldeia Araçá, em Roraima, e a professora Cristine Takuá, da Terra Indígena do Rio Silveira, em Bertioga.

No evento, pela primeira vez, ouvi sobre a conotação negativa da palavra “índio”. Naquela tarde, o escritor Daniel Munduruku nos alertou para o caráter perigoso das expressões. Para ele, a palavra “índio” foi uma invenção dos colonizadores para escravizar os povos indígenas. Quando saí de lá, o sol já havia se retirado. Deixei o local com dois livros nas mãos: *Tempo de Histórias* e *Mundurukando 2*.

Lendo a obra *Mundurukando 2*, um dos trechos me chamou a atenção:

“Nessa palavra [índio] colocaram aproximadamente mil povos com culturas bastante diferentes entre si; encerraram mil e cem línguas distintas e, nelas visões de mundo que formavam um mosaico internacional interessante e único. (MUNDURUKU, 2017, p.16)

“Indígenas, sim. Índios, não!”. É assim que o escritor acredita que seja a melhor forma de se referir aos povos originários. Para o autor, a palavra “indígena” significa “nativo”, “originário de um lugar”. Este dia foi o início da minha trajetória de aprendizado.

CADA PEDAÇO DE TERRA, UMA LUTA

Quando se fala em povos indígenas, a cidade de São Paulo pouco é lembrada como sendo um lar para eles. No entanto, o município concentra uma parcela importante dessas comunidades. Segundo dados do IBGE de 2010, são 12.977 pessoas vivendo na metrópole e mais de 40 mil no estado.

Dentre as 274 línguas, os Guarani pertencem ao tronco linguístico do Tupi. A etnia ainda se divide em alguns subgrupos como Kaiowá, bem presentes no Mato Grosso do Sul, Mbya e Nhandeva.

Ocupantes tradicionais da região da Mata Atlântica, os Guarani são velhos conhecidos da cidade de São Paulo. Bons agricultores, eles, por muito tempo, circularam entre o litoral e planalto, fazendo suas roças e retirando materiais das florestas para seu sustento.

Foi na Terra Indígena Tenondé Porã que o povo Mbya decidiu fincar as raízes da sua geração. São mais de mil pessoas vivendo nessa área. As terras do território transpassam os municípios de Mongaguá, São Bernardo do Campo e São Vicente.

A Tenondé Porã é uma moradora antiga da cidade de São Paulo. Seu processo de demarcação começou lá no final da década de 80. As aldeias da Barragem e Krukutu foram demarcadas com em média 26 hectares cada em 1987. No entanto, ainda faltavam quase 16 mil hectares para serem

regularizados. Para isso, os Guarani se uniram e foram bater à porta do governo.

Foi em uma manhã de quinta-feira do dia 5 de maio de 2016. Ônibus, vindos de Parelheiros, chegaram à Avenida Paulista. Seus passageiros eram lideranças indígenas. Elas foram recebidas no cinza e imponente escritório da Presidência da República, em São Paulo. Esperavam que um senhor grisalho de terno assinasse a portaria declaratória da TI Tenondé Porã. Ele era o advogado e ministro da Justiça do governo Dilma Rousseff, Eugênio Aragão. Tinha assumido o cargo no início do ano.

Um dia antes da reunião, as lideranças indígenas se manifestaram. Do “velho” prédio da Presidência, era possível ouvir o canto guarani, que se sobressaía ao barulho dos carros. Faixas de protestos escritas “Agora é Tenondé” e “Demarcação Já” ocupavam o centro econômico paulista.

O grito guarani foi ouvido. No outro dia, lá estavam as lideranças novamente. Dessa vez, do lado de dentro. Foram necessárias horas de conversas, e então o ministro assinou a portaria declaratória, que demarcava os quase 16 mil hectares da Terra Indígena Tenondé Porã.

Em uma foto simbólica, divulgada pela Comissão Guarani Yvyrupa, organização política dos Guarani, o menino Tadeu Wera entrega uma caneta a Aragão, simbolizando um novo recomeço para a Tenondé Porã. A demarcação só precisava ser homologada pelo Governo Federal.

Era um clima de abraços e choros guarani. Mal sabiam as

pessoas naquela sala que o Brasil mudaria sete dias após aquela reunião. O senhor grisalho seria exonerado. A presidente afastada, Michel Temer seria “promovido”, de vice a presidente interino. Tudo mudou em 12 maio de 2016.

O ano de 2017 também marcou um período difícil para os indígenas. Temer se tornou presidente oficialmente. As cadeiras dos ministros foram ocupadas por outros homens engravados. Em agosto, o ministro da Justiça Torquato Jardim decidiu revogar a decisão de criar uma reserva indígena no Pico do Jaraguá, que fica na zona norte de São Paulo. A Terra Indígena havia sido estendida para 512 hectares em 2015.

UM LUGAR DE DEBATES E REZAS

Ela é feita de pau a pique. Seu telhado com partes verdes e marrons pode ser visto de longe. A Casa de Reza da Tenondé Porã nasceu praticamente junto com a aldeia. De manhã, é pelas frestas desse telhado colorido que a luz do sol passa e a ilumina por dentro. Não há janelas. O espaço, às vezes, precisa de reparos para sediar os constantes eventos da *tekoa*.

Esse espaço sagrado é importante para a rotina dos Mbya. Na parte da manhã, o local é frequentado pelas crianças, que cantam e dançam as músicas tradicionais. De noite, vem toda a comunidade para ouvir a fala dos pajés. Quando é dia de mutirão, o povo Mbya se reúne para restaurá-la. Ao chegar, o carrinho cheio de lama úmida logo desperta a atenção das

crianças. Elas enchem as mãos e jogam a mistura viscosa na parede. Movimentos rápidos e precisos.

Com o tempo, os tijolos cobertos com lama vão dominando a parede. É um sinal que o trabalho está progredindo, enquanto isso, os adultos retiram o excesso de grama em volta do espaço sagrado.

A Casa de Reza é uma moradora importante para Tenondé Porã. Ela faz parte da cultura do povo Mbya, ou melhor, do seu *nhandereko* (modo de agir e viver guarani). Nela, são realizados os rituais sagrados de cura, danças, cantos e batismo, momento em que as crianças recebem o nome guarani.

Um dos rituais envolve o famoso fumo de corda (*Pety*). Na visão dos Mbya, é por meio da sua fumaça que os pajés conseguem se comunicar com *Nhanderu kuery* (divindade espiritual), durante os rituais.

Dentro desse lugar sagrado, também são realizadas rodas de conversas e até tomadas de decisões. As reuniões entre os moradores são frequentes na Tenondé. Sejam na Casa de Reza ou em outros espaços, todas as decisões políticas ou sociais precisam ser discutidas com a comunidade.

Um dia o que estava em questão era a existência do cacique. Concentrar as funções e decisões em uma pessoa não agradava parte dos moradores da aldeia, que optaram por substituir essa figura por lideranças.

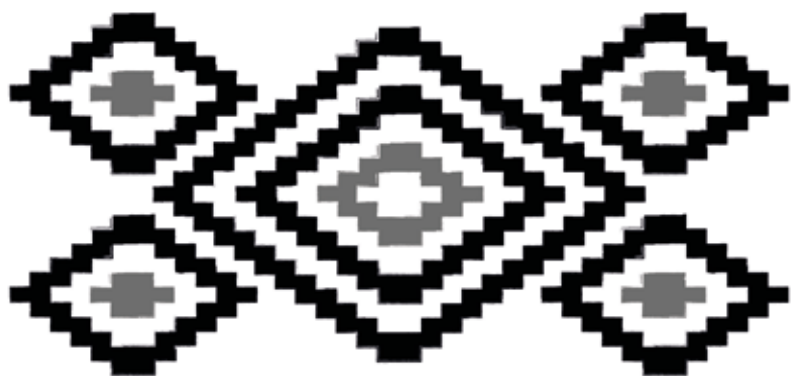
Falar com o cacique sempre foi uma requisição muito comum entre nós não indígenas, já que ele é visto como um líder na aldeia. No entanto, uma nova geração da Tenondé

vem mudando essa organização para tornar as decisões mais democráticas dentro da comunidade.

Como uma pequena “cidade”, além da Casa de Reza, a Tenondé Porã também possui um posto de saúde, uma escola estadual indígena e um Centro de Cultura e Educação Indígena.



2. O EDUCADOR ARTESÃO



Sentado em um banquinho com um violão na mão. Foi assim que eu conheci Isaque Karai. Sua regata preta, bermuda marrom e chinelo casavam com aquela manhã ensolarada de sábado. Isaque é Guarani Mbya.

— Um Guarani sempre está com seu cachimbo e seu colar de sementes, não temos muito o costume de usar cocar. Apenas pessoas que possuem um papel importante na aldeia. Tenho cocar, mas não uso — ele me confidenciou.

A questão da preservação da identidade é muito forte entre os Guarani. Isaque se orgulha de viver em uma comunidade que, mesmo estando situada na cidade de São Paulo, mantém a sua cultura.

— Você vê que aqui as crianças não falam português. A gente só fala com não indígenas e pessoas de outras etnias. A questão da identidade também está presente na caracterização. Se eu encontrar uma pessoa com um colarzinho de sementes naturais e um cachimbo, eu já vou saber que pode ser Guarani.

Como um típico Guarani, no dia em que conversamos, Isaque usava um colar de sementes. Foi ele quem fez, mas também tem outros feitos por sua mãe. O coordenador cultural do CECI mora a poucos passos do trabalho. Aos 30 anos, ele vive com sua esposa e seus três filhos.

Não nasceu na Tenondé Porã, suas origens vieram de Laranjeiras do Sul, município do Paraná.

Quando marcamos a nossa primeira entrevista, a aldeia estava movimentada. Passos apressados descendo para a Casa de Reza. Carrinhos de lama indo e voltando. No CECI, a cozinha estava “a todo vapor” para a preparação do almoço. Mulheres entravam e saíam do espaço com sacolas nas mãos.

Aquele sábado era um dia de mutirão. Os moradores tinham a missão de restaurar a velha Casa de Reza, para os eventos que aconteceriam em breve. Isaque estava junto com seus amigos. Andava de um lado para o outro, coordenando a atividade. Às vezes, pegava um pouco de lama para colocar na parede, depois dizia algumas palavras em guarani para as crianças.

Perto desse espaço sagrado, algumas pessoas descansavam; outras colocavam fumo de corda no cachimbo. Logo, o cheiro de fumo ia tomando conta do local. Às 11 horas da manhã, o sol já estava a pino.

O dia estava quente. Enquanto esperava, resolvi me juntar ao mutirão. Peguei um pouquinho de lama e comecei a jogar na parede em movimentos desengonçados. De repente, uma menina se aproximou de mim, aparentava ter sete ou oito anos. Seu nome era Giselda, ela decidiu me ensinar a forma correta de fazer o trabalho. Descobri que era necessário pegar um pouco de lama e jogá-la rapidamente para grudar na parede.

— Precisamos fechar os buracos, muitas pessoas ficam vendo a gente cantar na Casa de Reza — ela me disse. Perguntei quem, mas ela não respondeu e saiu em busca de

mais lama.

Isaque fez uma pausa para a nossa conversa. Depois de tirarmos a lama das mãos e dos pés, fomos em direção ao CECI. Entramos. Ao fundo, as panelas batiam frenéticas na cozinha. Abrimos uma porta verde, que indicava ser a sala da coordenação, onde Isaque começa o seu dia de trabalho. Sempre às oito horas da manhã.

Um quadro negro lembra a função educativa do espaço. A parede traz as atividades das crianças e pequenos quadros emolduram fotos dos eventos que já aconteceram. O coordenador se acomodou em sua mesa. Lá, estavam um computador e várias folhas espalhadas, mostrando as atividades que ocorreriam durante a semana.

Isaque começou relembrando o seu passado. Ele possui sete irmãos, e uma das suas irmãs seus pais adotaram ainda pequena. Na infância, passou parte de sua vida vivendo longe do centro da cidade de Laranjeiras do Sul. Quase não saía de casa, sua família era muito rígida e valorizava muito o trabalho.

Não havia tempo para brincadeiras. De manhã, ia para a escola, onde se alfabetizou; à tarde, precisava trabalhar na roça. Quebrava milho. Plantava. Colhia. Cuidava da criação dos porcos. Quando completou 13 anos, começou a frequentar a escola do estado. A instituição de ensino fica entre a aldeia e o povoado da região. Como estava na fronteira, recebia tanto alunos indígenas como também não indígenas.

— Vejo que hoje é diferente. As crianças aprendem as duas culturas, mas antigamente não era assim. Estudávamos

a história que está no livro didático. Lá, há pouca informação sobre a nossa cultura.

Ele é um crítico da educação formal.

— No livro de história, nós somos tratados como um só povo. Não se especifica nossas diferentes línguas e culturas. Eu tenho certeza que isso acaba atrapalhando. As pessoas não indígenas acabam aprendendo o que está no livro, tem pouquíssima informação sobre a realidade.

MUDANÇA DE VIDA

Com 16 anos, Isaque colocou o pé na estrada. Tinha um destino em mente: conhecer o município de Mongaguá, situado na região metropolitana da baixada santista, em São Paulo. Foi morar com seu irmão e viveu lá por três anos.

Logo, decidiu se mudar novamente. Dessa vez, o local seria Itanhaém, também no litoral paulista. Nesses processos de encontrar um lar, conheceu uma amiga. Ela ia subir a serra e iria para a aldeia Tenondé Porã em Parelheiros, e o convidou para acompanhá-la. Ele pegou seus pertences e se dirigiu a nova *tekoa*.

— Não sei porque acabei vindo para cá. Os antropólogos dizem que o povo Guarani, antigamente, era nômade. Acho que eu tenho um pouco disso — disse Isaque com um sorriso.

Ele chegou à aldeia em 2003. Conta que costuma visitar seus parentes em sua cidade natal, mas já se estabeleceu na aldeia

paulista. Começou a acompanhar as lideranças nas lutas para demarcação de terras. Estava em Brasília nas manifestações contra a PEC 215, uma Proposta de Emenda Constitucional, que delega ao Congresso Nacional a decisão de demarcar territórios indígenas e quilombolas. A proposta tem apoio da bancada ruralista, que defende os interesses dos proprietários rurais.

A tese do marco temporal, parecer da Advocacia-Geral da União, também pode ser uma trava para os processos de demarcação de terras. De acordo com ela, apenas teriam direitos às terras os povos que as ocupassem na data da promulgação da Constituição de 1988. A questão é polêmica, porque muitas etnias sofreram processos de expulsão de suas comunidades após esse período.

UMA LIDERANÇA, UM EDUCADOR

Com suas habilidades para o artesanato, a jovem liderança chamou a atenção da comunidade. Assim, veio um convite: “quer ser educador do CECI?”. O “sim” iniciou uma nova etapa na vida de Isaque.

— Para ser educador tem que ter conhecimento da nossa cultura.

O artesanato é uma herança deixada ao educador por seu avô. Ainda criança, ele o via fazendo o arco e flecha. Sem palavras, apenas como olhares e gestos, o senhor ensinava

o menino todos os passos para confeccionar o objeto.

— O arco que eu via era muito lindo. Grande. Pesado. Não é fácil de explicar. Aqui em São Paulo é difícil encontrar os materiais. Usamos um tipo de palmeira com um tronco bem duro. A corda é feita de fibra e para fazer a ponta da flecha, nós usamos ossos.

O arco e flecha é um elemento importante para a cultura guarani. São os mais velhos que guardam os segredos para a sua produção e passam de geração em geração. No CECI, o dia de fazer arco chama a atenção das crianças. Por muito tempo, o educador disseminou os conhecimentos do seu velho avô para os pequenos. Eles aprenderam arte manuseando palmeiras, cordas, ossos e penas.

Isaque lembra que a prática do artesanato, por muito tempo, foi uma forma de presentear familiares e amigos.

— Aprendemos com os mais velhos que o artesanato não era para a venda, e sim para o uso da comunidade, ou para dar de presente para alguém. Mas isso mudou. Os antigos falam que foram os próprios não indígenas que ensinaram essa questão da troca dos objetos por dinheiro. Hoje, a maioria da nossa produção é para a comercialização.

Além do arco, o educador também faz colares e esculturas de madeira em forma de animais como coruja e onça. Em sua sala, algumas delas estavam expostas. Isaque passou um ano como educador. Foi aí que surgiu a oportunidade de ser coordenador cultural.

— Acabei aceitando. No início, era muito difícil. Quando

eu era apenas educador, só participava das atividades. Como coordenador, tive que assumir responsabilidades fora da aldeia. Ir a reuniões e apresentar nossas propostas de atividades para quem era de fora.

Foi um início conturbado, mas aos poucos o cargo de coordenador se tornou mais leve. Já se passaram dois anos e hoje ele diz que já está acostumado a falar em público. Todo dia, ele chega às oito horas da manhã no trabalho e só sai às 17 horas. No CECI, orienta os educadores com relação às tarefas do dia e começa a planejar as atividades extras, como as oficinas mensais. Não é raro vê-lo correndo de um lado para outro com um calendário na mão.

Organizar as formações continuadas também é uma das funções do coordenador. Ele me contou que valoriza muito as trocas de conhecimento que realiza com as outras aldeias. Um dia antes da nossa conversa, os educadores foram até à Terra Indígena Jaraguá. A visita tinha o objetivo de realizar uma formação continuada com os educadores. As brincadeiras tradicionais protagonizaram as discussões.

— Na formação, repassamos os nossos conhecimentos para os outros educadores. Fazemos uma apresentação das atividades e falamos um pouco sobre a história das brincadeiras e quem nos ensinou.

A “brincadeira da mandioca” é muito popular na Tenondé Porã. As crianças correm e sentam no chão e os educadores pedem para que se acomodem uma atrás da outra. O primeiro da fila será o dono da roça de mandioca, e tem a missão de segurar

bem firme a árvore em sua frente. O segundo segura bem forte na cintura do colega e os amigos o imitam. Um dos alunos é escolhido para tirar as crianças, ou melhor, as “mandiocas” da fila. Puxa forte. Segura firme. A brincadeira só acaba quando todos os participantes são retirados. Vale até mesmo usar o velho truque das cócegas para conseguir o objetivo.

As trocas de saberes são comuns entre os Guarani. Um dia Isaque saiu de Parelheiros e foi até o Jaraguá para aprender sobre a criação de abelhas sem ferrão. Tradicionais produtoras de mel, elas estavam desaparecendo.

— Muitas vezes acontecem queimadas, e os indígenas do Jaraguá são chamados para cuidar das abelhas e extrair o seu mel. Parece que uma garrafa desse mel custa R\$ 100.

Isaque me mostra as fotos da atividade muito animado. Em um lance de olhar, percebo que ele aparece nas imagens com uma câmera na mão, quis saber se ele gostava de tirar fotos, e a resposta afirmativa veio rápida e confiante.

O intercâmbio de conhecimentos ultrapassa as fronteiras estaduais. Um dia a aldeia Tenondé Porã recebeu como convidados um grupo de indígenas vindos do Acre.

— Como a gente tem esse Centro de Educação e Cultura Indígena, eles tiveram o interesse de saber como trabalhamos com as crianças. Lá, eles não têm, então vieram pesquisar. Queriam saber como nós mantemos a nossa cultura e a nossa língua, apesar de estarmos dentro da cidade grande.

O coordenador fala com orgulho das trocas de saberes entre os povos. No entanto, a falta de formação para educadores

promovida pelo estado ainda lhe “franze a testa”. No ano de 2005, o governo de São Paulo lançou o Magistério Intercultural Superior Indígena, primeiro curso de ensino superior destinado para a comunidade indígena na região sudeste do Brasil.

O anúncio foi feito em plena Praça da República, em frente à sede da Secretaria de Educação de São Paulo. Era uma manhã de agosto. Cinco etnias e cerca de 80 indígenas apresentavam suas danças e cantos para o público ao redor. Era um momento de comemoração.

Entre os anos de 2005 e 2009, as etnias Guarani, Tupi-Guarani, Kaingang, Terena e Krenak sentaram nas cadeiras da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Foi um passo importante para a formação de professores indígenas. No entanto, Isaque não teve oportunidade de participar, o curso só ocorreu uma vez e apenas uma turma foi formada.

— Falta esse interesse da parte dos políticos. Olhar mais pela educação indígena, para assim dar mais valor. Aqui, que eu saiba, o estado fecha os olhos para a educação.

Para suprir essas formações, a comunidade tenta criar suas próprias práticas de ensino, que levem em conta o modo de vida guarani. Dentro da sala de Isaque, há um pôster pendurado na parede. Um círculo é rodeado por várias fases da lua. Nova. Crescente. Cheia. Minguante. O desenho é conhecido como Calendário Guarani.

— Quero fazer uma tatuagem do Calendário Guarani no meu braço, já até mandei fazer o desenho — ele revelou.

As atividades de agricultura do CECI seguem um

calendário que acompanha as fases da lua e não as estações do ano como estamos acostumados. Empolgado com o assunto, o coordenador me explica que, na cultura guarani, o senhor “tempo” (*Ara*) tem uma grande importância. Em agosto, começa o *Ara pyau* — ano novo guarani. É hora de limpar a roça. Preparar a terra para plantar. Jogar as tradicionais sementes de milho no solo.

Fã de melancia, o educador me contou orgulhoso que a horta ali perto é organizada pelas crianças. Elas que manejam as sementes de milho, amendoim, melancia e batata-doce. Cuidam da terra e aplicam os ensinamentos que aprenderam com os mais velhos.

No cronograma do CECI, sempre tem o dia de visitar a horta. Animadas, as crianças correm até as plantações. Os educadores falam sobre as sementes e como plantá-las. A visita não restringe a idade, até os pequenos de colo participam.

Para os Guarani, no *Ara Pyau* os animais iniciam o acasalamento, então a caça é vedada. Em fevereiro, começa o *Ara Yma*, o período de colheita. As crianças saem pelas trilhas, são tirados para fora o arco e flecha e as armadilhas. Recomeça-se a caça.

— Os Guarani não caçam qualquer animal. Existem alguns animais, que não podem ser consumidos por crianças; outros não podem ser comidos por ninguém.

Fiquei intrigada com essa informação e o questionei sobre que tipos de animais eles não caçam.

Isaque parou por um tempo. Pensou. E logo lembrou:

— A preguiça. Ela não pode ser consumida por ninguém. É um animal sagrado.

As crianças também têm limitações. Elas não podem comer pacas, por exemplo.

Começamos a discutir o conceito de criança na cultura guarani. Afinal, a partir de qual idade elas entram para a vida adulta? Desde pequenas, as crianças já frequentam a Casa de Reza e participam das atividades cerimoniais. Lá, elas aprendem na prática como é o modo de vida guarani. No caso dos meninos, esse é o início do processo para se tornar um guardião (guerreiro), que seria uma pessoa mais responsável.

— Na nossa cultura, a fase de adolescência acaba em 12 anos. A partir desse momento a pessoa já vira adulta.

A CONVERSA ENTRE

EDUCAÇÃO E CULTURA

O som também é muito vivo na Tenondé Porã. Mãos e pés seguem o ritmo das músicas guarani. Os educadores são os responsáveis por colocar as crianças em movimento. O *Xondaro* é a dança dos guardiões, praticada pelos antepassados Guarani para ir para a guerra ou caça. A dança é como um exercício físico. Um grupo de meninos anda, corre, pula, dá as mãos, tudo em círculo ao som de uma música tradicional.

Já a dança das meninas é a *Tangará*. Geralmente, são duas

jovens atrás e uma na frente. Quando toca o violino, é preciso prestar a atenção, pois é a hora da menina da frente passar entre as duas amigas de trás.

Isaque me disse que nem dança e nem canta muito, deixa essas atividades para os outros educadores.

— Eu não canto, mas tento tocar — disse com um sorriso. Ele toca violão e guitarra. Gosta de forró, sertanejo e de algumas músicas guarani.

Um outro momento importante para a cultura Mbya é a cerimônia de batismo. É quando as crianças recebem o nome indígena. Perguntei para Isaque se o nome dele tinha algum significado:

— Seria um nome de alguém como um pajé.

Logo, o indaguei se ele gostaria de ser um.

— Não — disse ele confiante. — Na cultura não indígena é preciso estudar para ser uma pessoa importante. Na nossa não é assim. O pajé é revelado por sonho para a pessoa. Tornar-se um pajé é um grande segredo.

Foi então que o assunto religião transpassou a nossa conversa. Isaque fala que é muito religioso, uma característica típica dos Guarani. Na Tenondé Porã, não é permitida a entrada de nenhuma instituição religiosa não indígena.

— Acredito que muitas pessoas vão falar que os “índios” não têm religião. Dizem que todos somos pagãos. Mas não é verdade. Nós acreditamos em Deus nosso criador, o *Nhanderu*.

Quando uma aldeia nasce, uma Casa de Reza nasce junto. Dentro desse espaço, os Guarani pedem saúde, força e

A CASA DE REZA

Construída nos mesmos moldes das casas, a ooguaxu tem maior extensão. É feita de pau a pique e barreada, coberta de sapé ou de guarikanga, o fundo e voltada ao poente. E a frente para nascente, propiciando uma extensão para os amba celeste a leste.

O ambiente de fechamento e isolamento no local é próprio, sem janela, tem uma porta no fundo e, às vezes, em uma das laterais. No interior, formam-se áreas de domínio definidas. Na parte dianteira, há um ou mais tapetes de folhas de palmeiras, ganho para esse uso.

A parte dianteira região do Amba fica livre para benzimento e para o canto e dança. Lembremos que o termo Amba e mesmo para moradias celeste, como falamos.

Texto de Isaque Karai.

prosperidade na agricultura. Toda manhã, as crianças do CECI vão a esse local sagrado.

— Na Casa de Reza, há um momento só de concentração, em que a gente vai pedir força e saúde para a comunidade, para que nenhum tipo de mal aconteça às crianças. Os mais velhos que conduzem essa parte da cerimônia.

Durante a conversa, o coordenador também me contou que é escritor. Gosta de escrever textos sobre o espaço.

— É muito difícil traduzir em palavras. Gostaria de ter mais essa oportunidade, de ter um registro das coisas que são interessantes para nós e mostrar para as pessoas. Os Guarani eram considerados um povo ágrafo. Hoje, aprender a ler e escrever é uma ferramenta para se ter um registro.

A escrita é um instrumento importante de disseminação. No entanto, Isaque lembra que a oralidade também tem um espaço essencial na transmissão de conhecimentos e nas lutas do povo Guarani.

— Nossos antepassados não souberam escrever nem ler, e mesmo assim eles conseguiram a demarcação.

Logo, o tema política centralizou a nossa conversa, que tinha o canto do galo como plano de fundo. Perguntei se ele tinha alguma liderança como inspiração. Marçal Tupã'i foi o nome escolhido.

— Ele também era Guarani. Aprendeu com os missionários. Mas, quando voltou para defender o seu povo, foi assassinado por pistoleiros. Ele sabia disso, sofreu várias ameaças. É uma história muito forte — conta Isaque.

QUEM FOI MARÇAL TUPÃ'I?

A liderança foi importante na luta pela demarcação de terras no Mato Grosso do Sul. Com um rosto franzino, sua camisa abotoada, óculos e bigode, Marçal fazia discursos inflamados sobre a situação dos povos indígenas no Brasil. Um dos mais famosos foi para o Papa João Paulo II em 1980.

Marçal também foi educador. Passou um tempo ensinando crianças no estado de Mato Grosso do Sul e se tornou intérprete de guarani. Suas falas sobre a demarcação incomodaram alguns fazendeiros e, na noite de 25 de novembro de 1983, caiu em uma emboscada. Aos 63 anos, Marçal Tupã foi assassinado. Estava em sua casa na cidade de Antônio João, interior do Mato Grosso do Sul. Foram vários tiros disparados contra ele, um deles na boca.

Para Isaque, que também é uma liderança, o tema de legislação tem que estar presente nas escolas.

— Eu comecei a me envolver mais com as lideranças aqui em São Paulo. A nossa ideia é envolver os jovens para saberem um pouco do nosso direito, porque futuramente quem vai cobrar são eles. Eles têm que ter essa visão de que lutar pelo povo é importante. Se alguém se formar em direito, espero que eles encontrem uma forma de ajudar a nossa aldeia, não esquecer de suas raízes.

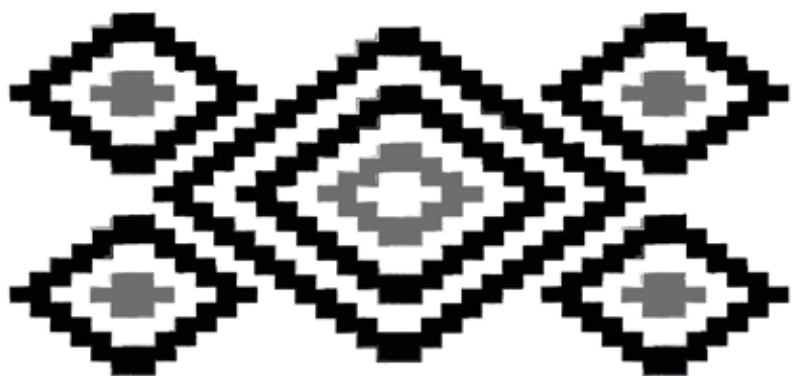
“Ser alguém” na cultura indígena é uma ideia vista com muita cautela. Para muitos povos, a pergunta “o que você quer ser quando crescer” não faz sentido. O escritor Daniel Munduruku diz que as crianças quando nascem já são alguém e não precisam de uma profissão para defini-las.

No entanto, elas são livres para escolher o que querem fazer. O coordenador afirma que o mais importante é não esquecer da sua comunidade, independente se elas optem ou não para fazer um curso.

— Alguns povos dizem que as pessoas se formam nas universidades, vão embora e não voltam mais. Aqui, se alguém quiser voltar, pode. Não importa a área que seja formado, se a pessoa transmitir seu conhecimento, ela é bem-vinda.



3. SÍMBOLO DE FORTALECIMENTO CULTURAL



O relógio marca oito horas da manhã. Já amanheceu na aldeia Tenondé. Mães e crianças saem em direção ao Centro de Educação Infantil Indígena (CEII). O espaço é vinculado ao Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI). As siglas são parecidas e eles estão situados no mesmo local, porém, possuem propósitos diferentes.

O CECI é voltado para a comunidade e tem a função de dar oficinas para jovens e crianças. Associado a ele está o Centro de Educação Infantil Indígena (CEII), com o papel de atender as crianças de até seis anos. No entanto, essa diferença pouco é percebida pela comunidade, que chama o espaço apenas de CECI. Lá no alto da *tekoa*, o jovem local ostenta o verde intenso de suas janelas e portas. Elas contrastam com o azulejo de aparência marrom, que preenche parte da parede.

Por fora, o grafismo em preto e laranja — que pode facilmente ser visto também como amarelo — dão um toque guarani à casa cultural. Visível para todos que chegam à aldeia, ela possui uma aparência bem conservada. Uma “adolescente” se compararmos com os vários anos já vividos pela Casa de Reza. Logo, chegam meninos e meninas, de até seis anos. Há aqueles que entram correndo; outros precisam ser levados no colo das mães.

O dia começa com o café da manhã. A cozinha fica a “todo a vapor” para servir os alimentos para as crianças. Como os alunos podem sair a qualquer momento, os educadores dizem que não é difícil ver os pequenos se retirando apressados após o café.

— Alguns não vêm, porque a mãe não deixa. Outros chegam a vir, mas vão embora — explica Josiane Verissimo, uma das educadoras.

Para quem fica, é hora de ir para a Casa de Reza. As crianças são guiadas até o grande espaço, que fica na parte baixa da aldeia. De lá, é possível ouvir os cantos e danças tradicionais guarani.

Um dia, cheguei à Tenondé Porã às 9h30 da manhã. Era uma segunda-feira com uma insistente garoa. E um frio, que apesar de tímido, incomodava um pouco. A chuva da madrugada tinha deixado seus vestígios na lama molhada. Não escutei a voz das crianças. Tudo estava em silêncio. No CECI, um cachorro rodeava o espaço e, às vezes, soltava um latido desconfiado. Pelas janelas, era possível ver dois funcionários limpando o chão, passando pano de um lado para outro.

Fiquei sabendo que as crianças tinham ido visitar as plantações da aldeia. O tempo não estava muito favorável, mesmo assim, elas saíram com o educador Jonatas da Silva. De acordo com o Calendário Guarani, o mês de setembro é a época de plantar.

Naquela segunda-feira, os pequenos saíram com uma missão: aprender a como cuidar da terra e manipular as

sementes. A horta fica na parte baixa da *tekoa* e quem passa por lá repara nos “jovens” pezinhos de milho plantados, que só serão colhidos no próximo ano.

NASCE UM CECI

Ensinar as crianças a cuidar do solo, de acordo com a tradição guarani, era um dos objetivos dos CECIs, quando eles começaram a ser desenhados. A iniciativa nasceu no início dos anos 2000.

Tudo começou na aldeia Krukutu. A *tekoa* faz parte da Terra Indígena Tenondé Porã. Muito atuante na implantação do projeto, o sociólogo Sidney Soares lembra que na época a comunidade tinha pouquíssima estrutura para atender seus moradores.

— Essas aldeias da região de Parelheiros surgiram porque um japonês chamou os indígenas que estavam morando embaixo da ponte do Socorro para viver no sítio dele. Então, eles ficaram em uma região que não tinha nada. Quando eu cheguei à Krukutu, o único espaço comunitário que tinha lá era um galinheiro.

Era uma terça-feira ensolarada, o sociólogo me recebeu em um prédio público no centro de São Paulo. Ele me contou que hoje não trabalha mais com a comunidade guarani. Atualmente, desenvolve projetos na Secretaria da Administração Penitenciária. Fala com orgulho da época, que

coordenou e reestruturou o Museu Penitenciário Paulista.

— Fico pensando o que ligava tantos anos na aldeia e depois tantos anos trabalhando com presos. Eu vi que era questão de lidar com populações em vulnerabilidade social.

Sidney não pretende voltar a trabalhar na aldeia, mas gosta de contar as histórias do tempo em que ficava lá. Procuramos uma sala silenciosa e começamos a relembrar seu passado. O pesquisador tem ascendência guarani.

— Meu pai foi criado em uma colônia japonesa. Os caboclos tinham esse costume do padrinho criar a criança, assim meu pai saiu do mato.

Apesar de ele não ter vivido na aldeia, desde criança, ia para a Krukutu. Em 1992, conheceu o escritor Olívio Jekupé, que tinha começado um projeto de criar uma literatura nativa. Esse foi o início de uma importante parceria. Em 1997, Olívio se casou e decidiu se mudar para Krukutu.

Sidney tinha acabado de sair de um emprego. Não sabia muito o que iria fazer da vida. Foi então que surgiu a oportunidade de trabalhar na aldeia em que Olívio estava morando. O sociólogo se lembra de ter 30 anos nessa época. Chegou à casa dos Guarani para ajudar o autor a desenvolver projetos sociais para a comunidade.

Logo, o sociólogo descobriu que ir para o trabalho não era assim tão fácil. O ônibus só chegava até a aldeia Tenondé Porã. Depois, ele tinha que enfrentar uma caminhada de cinco quilômetros até a Krukutu. O terreno era difícil. Não havia estradas. A alternativa era sair pelas trilhas da mata e ser acompanhado

pelos cachorros que passeavam pelo local. Todo dia, 10 quilômetros de caminhada.

Já tinha um tempo que as lideranças da aldeia queriam montar uma associação para fazer a comunicação dos Guarani com o mundo não indígena e lutar para conseguir projetos de melhoria para a Krukutu, mas não conseguiam. Juntavam um grupo de pessoas. Todas escreviam e falavam português, tudo perfeito. Aí um Guarani brigava com a esposa e se mudava da *tekoa*. Recomeça-se o projeto tudo de novo, já que não havia pessoas suficientes para dar início à iniciativa.

Certo dia, chegou à aldeia a figura de Marcos Tupã, filho do cacique Altino dos Santos da aldeia Boa Vista, em Ubatuba. Veio para morar na Krukutu. Por sua experiência nas militâncias políticas, se juntou aos amigos Olívio e Sidney. Era o momento de tirar a associação do papel. A liderança Geraldo Vera também se integrou à trupe.

No início dos anos 2000, nasceu a Associação Guarani Nhe'e Porã. Sua primeira iniciativa foi fazer uma parceria com os órgãos municipais para arrumar a estrada e permitir a entrada de ônibus na aldeia. Suas portas, assim, estavam abertas para o turismo, uma forma de gerar renda para a comunidade.

— Com esses projetos, os indígenas começaram a ter algum dinheiro. Antes, eles não tinham nem fogão. A primeira vez que a gente chegou em uma loja para comprar um fogão, quem nos atendeu não foi vendedor, foi o segurança. Ele disse: o que vocês querem? Aqui, não tem nada para vocês.

Os projetos de turismo da *tekoa* ganharam visibilidade.

Teve até inserção na tradicional Rede Globo. As pessoas que mal sabiam que existiam aldeias em São Paulo começaram a reparar nesse “pedacinho” guarani da metrópole. As visitas se tornaram concorridas, lembra o pesquisador.

— Organizamos um site e colocamos materiais de divulgação nas escolas. Naquela época, fechamos a agenda do ano inteiro de visitas. Com esse dinheiro, conseguimos montar uma cozinha comunitária e as pessoas começaram a almoçar com o dinheiro que vinha das excursões. Foi uma das primeiras iniciativas para diminuir a fome naquele local.

Nesse tempo, começaram a “borbulhar” uma série de projetos sociais na aldeia. O problema de saneamento básico finalmente chamou a atenção das autoridades. Estavam nos anos 2000 e as crianças tomavam água das bicas e usavam o mato como banheiro. Surgiu, então, uma verba para resolver o gargalo do saneamento básico. Ela vinha de uma parceria entre o Governo Federal e Fundação Nacional de Saúde.

— Na aldeia, havia um cemitério inteiro só de bebês, graças a essa pequena iniciativa de levar saneamento básico, as crianças pararam de tomar água contaminada e com isso foi controlada essa questão da mortalidade infantil.

ERA A VEZ DA EDUCAÇÃO

Um dia Geraldo, o presidente da Associação na época, chegou com uma proposta para os líderes da comunidade:

“Precisamos fazer algum projeto de cultura para as crianças. Elas estão perdendo a tradição. Estamos enfrentando a televisão e a internet. A gente está com medo que elas não aprendam mais a tradição guarani”.

Neste momento, eles começaram a desenhar uma proposta para a educação e buscar inspirações. Sidney foi estudar outras iniciativas culturais na cidade. Se inspirou no projeto do Círculo Escola do Grajaú.

Junto com as lideranças, ele começou a desenhar um espaço, que conheceríamos mais tarde como CECI. Foram muitas conversas e um pedido: o local cultural deveria ser semelhante às redondas casas antigas guarani. O próximo passo era arrecadar o dinheiro.

No ano de 2002, os Bispos do Brasil lançaram a Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Povos Indígenas”. Uma iniciativa da igreja católica durante a quaresma. Com os recursos arrecadados da ação, seria possível pensar na construção do espaço cultural.

— Começamos a ver construtores de quiosques. Nós iríamos pagar uma empresa para construir o espaço e os Guarani iriam fazer o acabamento, mas o dinheiro era pouco — relembra Sidney.

Olívio Jekupé relata no livro *CECI 10 anos de história* que o orçamento para a construção da casa cultural ficou três vezes mais caro que o valor recebido da campanha. Era a hora de engavetar o projeto.

Com o tempo, a gaveta reabriu, as lideranças decidiram

levar a proposta para a Secretaria Municipal de Educação (SME). A cidade de São Paulo vivia a gestão da prefeita Marta Suplicy. Entre uma conversa e outra, os Mbya conseguiram convencer a Prefeitura a embarcar na ideia. Seriam construídos três CECIs: Krukutu, Tenondé Porã e Jaraguá.

O espaço seria como a fala dos “mais velhos”: disseminaria a cultura guarani para as novas gerações em plena metrópole paulista. No entanto, usaria as ferramentas multimídias para amplificar essa voz.

— O intuito dos CECIs era sistematizar a tradição de forma que, por meio de outras mídias, como vídeos e textos, as crianças voltassem a prestar a atenção nas histórias dos vovôs. Na época, fizemos também um encontro nacional de pajés guarani para a transmissão de conhecimento — disse Sidney.

A proposta não era só utilizar tecnologias, mas também trabalhar com atividades externas. Sair para plantar palmito e amendoim. Saber da importância dessas plantas tradicionais e como manipulá-las.

Em 2004, no final do mês de maio, os Centros de Educação e Cultura Indígena foram inaugurados. O local atende crianças de zero a seis anos, e permite que as mães também acompanhem os filhos nas atividades.

Para o sociólogo, o CECI foi um espaço importante também para reduzir a fome na comunidade. Por meio da merenda enviada pela Prefeitura, as crianças começaram a comer nos horários adequados. Além disso, a instituição foi uma geradora de renda.

— Com esse projeto, tinha trabalho para educador, faxineiro, cozinheiro, segurança e motorista. Todas as vagas foram preenchidas por indígenas, que passaram a ganhar salários. Eles não se tornaram pessoas ricas, mas não estavam mais na linha da miséria — explica o sociólogo.

A EDUCAÇÃO NA TENONDÉ PORÃ

Na Krukutu, havia uma efervescência de projetos sociais. Na Tenondé não era diferente. A aldeia vizinha também recebeu em suas terras um morador novo: o Centro de Educação Indígena, apelidado de CECI. Ele chegou e veio para ficar com as crianças. Conquistou a comunidade. Muitos jovens queriam trabalhar no mais novo integrante da tekoa.

Quem vem pela estradinha de terra João Lang logo percebe a presença do “jovem” CECI na aldeia. Para acessá-lo, podemos subir um pequeno morrinho ou tentar as escadas do outro lado. Em minhas visitas ao espaço, sempre via adolescentes ao seu redor. Eles mantinham sua atenção aos seus celulares, já que perto do CECI o sinal de *wi-fi* é melhor.

A tecnologia também é uma moradora da Tenondé. Os mais velhos, às vezes, “franzem a testa” com a sua presença, mas já não é mais possível expulsá-la. Ela faz parte do cotidiano da aldeia e algumas vezes é muito útil para seus moradores. O Centro de Educação Indígena veio para “fletar” com as

novas mídias do século XXI e levar a cultura para dentro dos espaços educacionais.

— O CECI foi pensado para fortalecer a nossa cultura. Há problemas, mas com o tempo a gente vai acertando. A mudança de gestão atrapalha um pouco. Entram pessoas que não conhecem a nossa cultura. Até elas se adaptarem, demora — desabafou Isaque Karai, coordenador cultural do CECI da Tenondé Porã.

Na Tenondé Porã, há em média 140 crianças matriculadas e 11 educadores. Os primeiros seis chegam para as atividades da manhã. E os outros quatro para as da tarde.

Ao chegar à aldeia em uma segunda-feira, eu percebi que a Casa de Reza estava movimentada. Mulheres entravam e saíam do espaço. No CECI, só havia os educadores homens. Após um tempo, descobri que as educadoras estavam participando de uma reunião para discutirem sobre os direitos das mulheres.

— Esse encontro é muito importante, porque várias meninas falaram sobre a violência e abusos que sofreram e não tinham coragem de contar, mas disseram nesta reunião — relatou a educadora Josiane.

Reunidas na Casa de Reza, as mulheres conversavam, em sua língua materna, sobre formas de combater a violência, tanto de homens indígenas como de não indígenas. Quando há eventos e debates, a comunidade da Tenondé se mobiliza para participar, inclusive os educadores. A Casa de Reza costuma ser a principal anfitriã dessas discussões.

Eventos como esses têm permissão para mudar a rotina da aldeia. O encontro das mulheres tornou o dia do CECI mais curto, por exemplo, as atividades só ocorreram na parte da manhã. Antes das 17 horas — horário comum de saída — as crianças já estavam deixando o espaço e indo para as suas casas.

Neste dia, entrei no CECI vazio. As salas da coordenação e de atividades ficavam logo na entrada. No centro, uma mesa, onde as crianças fazem suas refeições diárias. Percebi em um canto um banquinho baixinho. Ele se encostava na parede. Acredito que esse lugar é bem disputado entre os pequenos que não conseguem subir nas altas cadeiras amarelas ao redor da mesa.

No caminho para o banheiro, vi uma folhinha pregada no mural. Ela indicava quem trabalhava no espaço. Os educadores estavam separados dos outros cargos, já que trabalham meio período: de manhã ou à tarde.

Quem fica o dia inteiro com o CECI são os coordenadores cultural e educacional e seus auxiliares, além do auxiliar da escola, os manipuladores de alimentos, o educador de informática e os funcionários não indígenas.

Naquele dia, a portinha de onde saem as comidas para as crianças já estava fechada, mesmo assim se podia ouvir o barulho agitado das panelas que vinha da cozinha. Acima, vi um cartaz com várias fotos das crianças e um texto que transmitia um pouco da essência do espaço:

Na cultura guarani é muito importante que as crianças de idades diferentes estejam sempre juntas. Isso porque, tradicionalmente, não as separamos, já que o conhecimento é transmitido dos mais velhos para os mais novos, demonstrando que a união deve existir entre todas as crianças independentemente da faixa etária.

No CECI, os educadores possuem cada um sua turma, mas os alunos, geralmente, participam das atividades como, sair para horta e fazer trilhas todos juntos.

Continuei andando. Perto dos banheiros, há outras salas. Numa delas ficam os computadores e funcionários não indígenas, que são os “guardiões” dos documentos burocráticos do espaço. Eles trabalham para a ONG Centro de Apoio a Saúde e Assistência Social.

— Nosso contrato aqui é temporário. O tempo para renovar depende da ONG, que é contratada pela Prefeitura para dar um suporte burocrático para o CECI — explicou Isaque, coordenador cultural do CECI.

Quando conversamos, o coordenador cultural me mostrou seu plano pedagógico mensal. Cada mês, os educadores planejam atividades diferentes para as crianças. Em suas folhas, o caderno trazia uma tabela com três colunas: atividades cerimoniais, atividades econômicas e propostas de atividades do CECI.

Ir à horta é uma atividade econômica. Assim como a pesca e a confecção de armadilhas. A trilha também está no calendário

dos educadores. Eles levam as crianças para aprenderem a caçar pequenos animais como passarinhos e esquilos.

— Deixamos o milho como isca para pegar o passarinho quando entrar — disse o coordenador cultural.

Muitas vezes, as “aulas” do CECI se transportam para a Casa de Reza. As atividades cerimoniais como as danças do *Xondaro* e *Tangará*, por exemplo, acontecem nesse “velho espaço”, que funciona como uma extensão do Centro de Educação.

Não é muito difícil também ver as crianças e educadores levando panelas, pratos e materiais para acender a fogueira no local sagrado. O dia da culinária tradicional movimenta a comunidade. Participam tanto os pequenos do CECI, como também as crianças maiores, que não estão matriculadas.

Pega-se o fubá. A água. Mistura-se os ingredientes. E assim começa a nascer o famoso beiju (*mbeju ei revê*), um prato típico da tradição indígena. Em uma frigideira, a massa amarelada é amassada com uma colher. Tudo é feito no chão. A pequena fogueira é responsável por aquecer a comida.

— Nós ensinamos as crianças o passo a passo de fazer as comidas. Há vezes que nós educadores fazemos os alimentos e outras procuramos algumas mães para ensinar as crianças — explica a educadora Josiane.

Quando estava na sala de Isaque, folhee um livro sobre as orientações curriculares para o CECI. Percebi que lá havia um capítulo especial para os brinquedos e brincadeiras tradicionais guarani.

— Os mais velhos já brincavam de pião. Faziam o pião de cabaça — lembra o coordenador.

A cabaça é o fruto de uma espécie de planta trepadeira. Pode ser usado também para fazer a cuia de chimarrão.

O livro traz a brincadeira como um elo para a transmissão cultural guarani. As crianças vão para a Casa de Reza, aprendem as regras dos rituais com os mais velhos e depois as reproduzem nas brincadeiras.

Às sextas-feiras, geralmente, as crianças brincam. Tem dia que a proposta de atividade do espaço é aprender a brincar de peteca. O brinquedo de base arredondada voa de um lado para o outro. A brincadeira já era jogada pelos indígenas brasileiros antes da chegada dos portugueses à América. Hoje, a peteca é considerada um esporte.

A parede da sala da coordenação ostenta várias fotos das crianças brincando. Elas estão lá emolduradas em pequenos quadrinhos. No entanto, Isaque diz que elas são antigas. As novas se encontram digitalizadas. O coordenador sempre acompanha as atividades com uma câmera fotográfica nas mãos. Depois guarda todas as imagens na memória do seu computador e posta algumas na página do CECI no Facebook.

Passeamos por várias pastas. Vi as fotos do dia em que as crianças juruas vieram brincar com os pequenos Guarani. Juntas participavam da famosa “brincadeira da mandioca”.

Os brinquedos da cultura não indígena também têm espaço na aldeia. Em uma das fotos que vi, as crianças estavam brincando em um parquinho, que foi montado temporariamente na

aldeia. Esses materiais vêm de fora como uma solicitação dos educadores. Assim como outros objetos para a realização das oficinas mensais.

— Hoje em dia, para fazer o artesanato guarani, não temos muito material. Não há muitas sementes de miçangas aqui, por exemplo, então temos que comprar algumas coisas no Brás para fazer colares e pulseiras. Precisamos valorizar a nossa cultura e se for necessário vamos trazer o que é de fora — disse a educadora Josiane.

Os Guarani também têm o costume de comprar materiais de outras aldeias. No entanto, esse é um grande desafio para o CECI. Como esses produtores, geralmente, não emitem notas da sua produção, os educadores, às vezes, precisam pagar os materiais do próprio bolso.

Quando conversamos, Isaque me falou empolgado sobre as oficinas mensais, que ocorrem no espaço. Uma vez por mês, as portas do CECI são abertas para osicineiros da comunidade, como uma senhora que sabe fazer uma bonita cestaria, ou um senhor mais velho que é tradicionalmente conhecido por produzir arcos e flechas.

Eu quis saber se as pessoas eram voluntárias. O coordenador me respondeu que não. Todas eram remuneradas. Algumas vezes são da comunidade mesmo e outras vêm de fora.

— Semana passada, a gente teve oficina de cocar e veio uma pessoa de outra aldeia. Foi bem bacana — lembra Isaque.

Oicineiro não precisa ficar o tempo todo de olho no re-lógio, porque a atividade é pensada para durar um dia inteiro.

A educadora Josiane afirma que não é tão fácil encontrar os oficinairos.

— Uma vez tivemos que trazer uma mulher lá da aldeia Krukutu. É difícil achar as pessoas. Há algumas que sabem fazer artesanato, mas que não têm RG e CPF. Tem que ter para fazer, porque a gente paga para essas pessoas.

Quando surge uma oficina, os educadores fazem anotações sobre os tipos de itens necessários.

— Na oficina de cocar, a gente precisou de penas e barbantes, nós já tivemos que escolher os materiais para serem comprados.

As atividades mensais também são importantes para o aprendizado dos educadores, conta o coordenador. Ele mesmo já aprendeu muito com os mais velhos, durante as oficinas e os eventos.

— Por exemplo, eu já conhecia o Calendário Guarani, mas não entendia muito bem como ele era dividido — diz Isaque.

AS “PEDRAS” NO CAMINHO

O CECI é um “adolescente” com seus 14 anos. Tem personalidade guarani forte. Tenta mantê-la viva, mas, durante esse tempo, teve que se adaptar. Ainda vive com alguns desafios para ser superados. Para a educadora Josiane, seria interessante que o espaço tivesse mais salas.

— Hoje temos vários alunos. Por isso, seria legal termos

nossas próprias salas. Têm crianças que são pequenas de colo e nós não podemos ficar levando para lá e para cá.

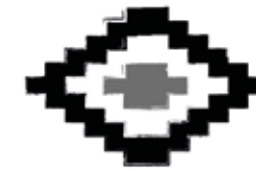
Uma das salas do espaço é a de informática. Seus computadores atraem tanto as crianças matriculadas como também os adolescentes, que sempre dão uma passadinha no CECI. Sentados em duplas ou sozinhos, os pequenos ficam com os olhos atentos ao monitor LCD em cima da mesa. Há aqueles que o pezinho chega até o chão sem dificuldades, mas alguns ficam com os pés balançando no ar.

— Lá, nós trabalhamos com vídeos educativos. Não há internet. Antes tinha, e as crianças maiores de 12 e 13 anos vinham e ficavam o dia inteiro no Facebook, mas agora não há mais. Só tem jogos educativos, que já estão instalados no computador — disse Josiane. Faz em média dois anos que não há internet no espaço, porque o servidor queimou.

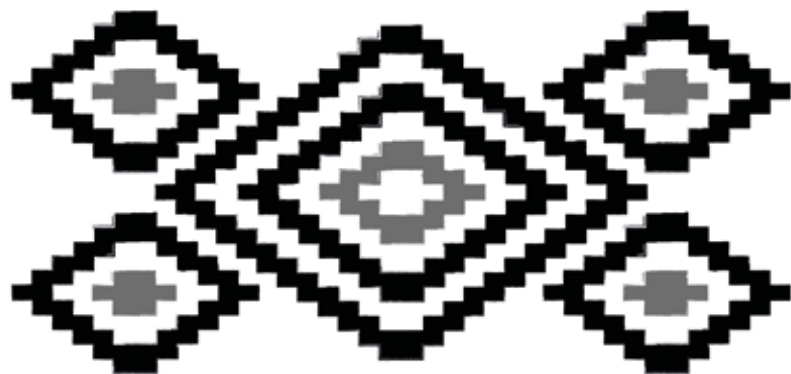
Em suas atividades externas, a educadora também desabafa que não é fácil olhar as crianças. Elas correm de um lado para o outro. É preciso ficar atento para que os pequenos não se percam. Estar de olho neles com outras crianças no colo é um trabalho difícil. Um dia, uma moça veio até a aldeia e sugeriu a compra de carrinhos, Josiane gostou muito da ideia.

— Achei interessante ter as crianças no carrinho. Para elas não ficarem no nosso colo direto. Assim, conseguimos olhar as crianças maiores que ficam correndo.





4. EDUCAR E APRENDER



“Algumas pessoas me chamam de Tupinikim, porque eu venho do Espírito Santo. Lá, tem muito Tupinikim. Mas, a minha família é Guarani”. Foi em uma segunda-feira, um pouco fria e chuvosa, que eu conheci o educador Jonatas da Silva, de 29 anos. A leve garoa do dia o fez sair com uma blusa de moletom. No entanto, o ar não era tão gelado ao ponto de fazê-lo deixar de vestir sua bermuda e calçar seu chinelo.

Ele me recebeu no Centro de Educação e Cultura Indígena. Tinha um olhar tímido e logo me disse que não falava muito, comparado aos seus colegas. Foi um início de conversa um pouco travado. Economizamos palavras nos primeiros minutos. Pensei que seria uma curta entrevista. Mas não! Aos poucos, o nosso diálogo foi se tornando mais fluido.

Jonatas vivia com seus pais na aldeia Boa Esperança. A *tekoa* faz parte do município de Aracruz, no Espírito Santo. Localizada no distrito de Santa Cruz, na rodovia ES-010, a aldeia possui uma área de 1.700 hectares e ainda conserva as tradições e língua dos povos indígenas que habitam em suas terras.

A chegada de uma moça à aldeia Boa Esperança mudou a rotina do educador. Lurdes vinha de São Paulo, da Terra Indígena Tenondé Porã, localizada no extremo sul da cidade.

Entre uma conversa e outra, os recentes amigos se tornaram um casal.

O clima romântico foi interrompido quando Lurdes precisou voltar para a sua casa em São Paulo. Mas o casal não ficou distante por muito tempo. O educador decidiu colocar o pé na estrada e encontrá-la. A distância entre as aldeias é grande. Para quem vai de carro, são quase 17 horas de viagem. Jonatas tinha 17 anos. Pegou seus pertences e partiu para a metrópole paulista.

— Nós nos conhecemos lá no Espírito Santo. Quando ela voltou para a Tenondé, fiquei dois meses na minha casa e depois não aguentei ficar sozinho e vim atrás dela — lembra Jonatas com um largo sorriso no rosto.

Os primeiros meses não foram fáceis. Ele via a esposa indo trabalhar como educadora no CECI, mas ele quase não saía de casa, ficava mais com os filhos. Um dia, recebeu um conselho do pajé, que ainda se lembra: “Fique mais alegre e tente ficar com as crianças, por aqui mesmo”.

Até a sua sogra o incentivou a permanecer na comunidade. Jonatas não hesitou em seguir os conselhos recebidos. Ficou. Apesar de sua família estar no Espírito Santo, ele diz que encontrou seu lugar na Tenondé Porã. Ele volta para o estado capixaba apenas nas férias e não cogita mais morar lá.

— Nós indígenas somos assim. Não importa a aldeia, somos todos parentes. É uma grande comunidade.

Logo, começou a mexer com artesanato. Juntava sementes e fazia colares. Suas habilidades com a arte chamaram a

atenção das lideranças da aldeia. Foi convidado, assim, para ser um dos educadores do CECI.

Na época, a esposa do educador tinha deixado o cargo. As lideranças buscavam alguém para substituí-la e o nome de Jonatas foi escolhido. Já faz cinco anos que o educador trabalha com as crianças. Chega ao CECI de manhã para fazer as atividades e só sai na hora do almoço, ao meio dia. Às vezes, é possível encontrá-lo na horta da *tekoa*.

Jonatas mora em uma casa um pouco distante do Centro de Educação. Vive lá com sua esposa e seus três filhos: uma menina e dois meninos. O mais novo, de seis anos, às vezes participa das atividades do CECI.

— Aqui é diferente. Lá no Espírito Santo, não tem um CECI, apenas a escola estadual. Há poucas coisas da cultura guarani. Nós educadores temos que passar o que aprendemos com os mais velhos para fortalecer a nossa cultura.

Quando Jonatas estudava, ele sabia: as aulas não fugiriam das disciplinas convencionais como português, matemática, história e geografia. Saía da aldeia para estudar como um *jurua* (não indígena), apesar de ser um Guarani. Naquela época dificilmente imaginaria que os rituais de danças e canto invadiriam os espaços educacionais e fariam parte do planejamento de estudo das crianças.

A memória de Jonatas se lembra vagamente de ter estudado até a quarta série. Ele foi alfabetizado em uma escola estadual do Espírito Santo. Chegou à escola *jurua* sem saber ler nem escrever em português.

No entanto, aos poucos foi conhecendo melhor o idioma.

Dentro da casa de Jonatas, sua família só fala guarani. Ele usava o português apenas quando ia para a escola. Aprendeu a falar a língua dos *jurua*s com os professores não indígenas. Atualmente, ele acredita que é importante ter uma escola indígena, principalmente para se trabalhar a língua de cada etnia.

— Hoje, o pessoal já escreve em guarani — disse o educador.

Ele tinha oito anos de idade quando entrou na escola pela primeira vez. Mesmo sendo uma escola não indígena, ele não reclama do processo de aprendizado. Aprendeu bastante lá.

— Valeu muito para mim. Eu sei falar e escrever um pouco de português, porque estudei na escola do estado, lá no Espírito Santo.

VIDA NOVA

Jonatas era um menino de sete anos e já circulava entre os bananais e plantações de batata perto da sua casa. Cresceu vendo seus familiares plantando, mas dificilmente ele se aventurava na prática agrícola, ficava mais em casa.

Chegou à Tenondé Porã com o desafio de iniciar uma nova vida. Começou a se envolver mais com as plantações. Ensinou os três filhos a encontrar lugares para cultivar espécies como o milho e a mandioca. Conta que o CECI também contribuiu para o seu aprendizado

— No Espírito Santo, eu não sabia fazer nada. Quando vim

para cá, comecei a pensar um pouquinho como seria trabalhar com as crianças, fazer as atividades. No CECI, tem as oficinas. Foi assim que eu aprendi um pouco mais sobre artesanato. Só sabia fazer zarabatana², hoje já sei fazer até filtro dos sonhos.

Empolgado, ele fala que em uma das oficinas no CECI aprendeu a fazer arco e flecha, junto com as crianças.

— Às vezes, há oficinas que valem muito para nós.

No dia da nossa conversa, Jonatas estava com um colar de sementes e um dente de gato no pescoço. Quis saber se era ele que tinha feito. Respondeu com um “sim” animado.

— Isso aqui é miçanga, é difícil de encontrar, às vezes, temos que ir até outras aldeias.

O educador acabava de voltar da atividade com as crianças. Não costuma ficar muito em locais fechados. Naquele dia, tinha levado os educandos para ver as plantações da aldeia. Ele gosta de ficar entre os pés de milho.

Diz que, quando passeia pelas culturas, sempre se aproxima um educando e faz várias perguntas como: “qual semente é essa?” “o que a gente plantou?”. Ele me confessa que é preciso ter paciência, mas gosta dessa relação que tem com os alunos.

— Como minha esposa era educadora, aprendi muito. Ela dizia para eu ser mais paciente com as crianças. Assim, elas ficariam mais tempo no CECI. Às vezes, elas não vêm e ficam em casa.

²*Tube comprido de madeira através do qual se pode soprar um dardo*

Quando o relógio marca oito horas, o educador já está no trabalho. Pega um caderno e vê quais tarefas foram planejadas para aquela semana. Cada dia, um educador é responsável por organizar e sugerir uma atividade, a vez de Jonatas é só na quinta-feira.

Para definir as atividades, é feita uma reunião prévia com os educadores. Cada uma delas (trilha, visita à horta, artesanato ou oficina) é planejada para um momento específico. Um dia depois da nossa conversa, haveria uma oficina de bracelete.

— Eu gosto de acompanhar as crianças para fazer armadilhas e trilhas. Nós as levamos para conversar sobre remédios³ também.

O educador fala das visitas às plantações com muita empolgação na voz. Não me esconde que essa é a sua atividade favorita. Naquela semana, ele levou as crianças para plantar milho e amendoim. Apesar dos vestígios de cascas de melancia pela aldeia, a fruta tinha ficado de fora dessa vez.

O milho guarani é um morador antigo da Tenondé Porã. É o alimento preferido de Jonatas e sempre está presente nos pratos guarani e em seus rituais. Recentemente, a comunidade indígena paulista desenvolveu um projeto para o resgate e fortalecimento do cultivo e preservação das sementes tradicionais guarani. Ensinam os mais jovens a como cultivá-las, de acordo com os ensinamentos dos mais velhos.

Pela aldeia, não é difícil ver as espigas amarelas e coloridas.

³*Plantas medicinais*

Na sala da coordenação, elas estão penduradas junto com os colares e penas. Para Jonatas, o milho guarani dá força para as crianças. Alguns indígenas acreditam que o “velho” cereal tem poderes curativos.

Os alimentos tradicionais são importantes para a cultura, mas não são os únicos que têm espaço na cozinha guarani.

— Nós indígenas já mudamos muito. Já estamos comendo a comida *jurua*. Mas, é bom assim, aprender as duas culturas.

Lá no CECI, o educador também faz artesanato com madeira. Os “bichinhos” podem ser tatuzinhos ou mesmo corujas. Ele aprendeu muito no trabalho, mas disse que suas habilidades para o artesanato também vieram de uma herança de família.

Em sua casa, no Espírito Santo, observava o pai a produzir os objetos e logo já estava pegando os materiais para fazer sozinho. Apesar de ser um bom observador, ele acredita que isso não funciona muito com as crianças hoje. É preciso acompanhá-las de perto, mostrando o passo a passo da confecção dos objetos.

Há dias que ele e as crianças descem até a represa Billings para pescar. Não é fácil fazer as armadilhas. Feitas de bambu, elas são semelhantes a um cestinho. Após a atividade, os peixes são assados. O educador gosta de comê-los, mas se tivesse que escolher um alimento como favorito, a galinha sairia na frente.

Quis saber se o CECI precisava melhorar em algo. A resposta veio com um tom um pouco preocupado. Para Jonatas, seria importante ter mais crianças no espaço. São em média

140 matriculadas, e nos dias mais cheios vêm apenas 50. Para falar sobre essa situação, os educadores costumam chamar as mães para uma reunião.

ALÉM DE EDUCADOR....

Quando estão fora do CECI, as crianças ficam “vidradas” no celular. Jonatas não gosta muito. Diz que tem um celular velhinho, mas só o utiliza para tirar fotos. Não é muito adepto da tecnologia. Se vê os filhos usando muito, solta um olhar de reprovação.

Em seu tempo livre, gosta de jogar futebol. No Espírito Santo, já chutava bolas pelos campos capixabas. Apesar de não torcer para nenhum time, o educador se diz um jogador bem ativo. Em minhas idas à aldeia, era comum vê-lo jogando com as crianças no campinho.

Se está em casa, Jonatas também gosta de fazer pinturas, utilizando o jenipapo — fruto do jenipapeiro. O líquido extraído dele é um elemento importante para a cultura indígena.

— Eu aprendi com o meu pai, quando era mais novo. Sempre olhava ele fazer. Meu pai dizia que tínhamos que fazer para não perdermos a nossa cultura.

Apesar de morar em um centro urbano como São Paulo, o educador não teme perder a sua identidade indígena. Para ele, mesmo se vestindo como um *jurua*, os Guarani ainda preservam a sua língua.

— Nós aprendemos com os mais velhos. Temos que ensinar as crianças, porque elas estarão no nosso lugar, ensinando aos mais novos.

Ele também faz papel de músico. Toca violão e rabeca — parecida com o violino, a rabeca tem formato de pera e possui de três a quatro cordas.

Esses não são instrumentos originários da tradição indígena. A rabeca, assim como o violão que conhecemos hoje, surgiram na Arábia. Considerada a precursora do violino, a rabeca foi trazida para o Brasil pelos portugueses no período da colonização. Tem gente que a considera um violino mal-acabado; outros torcem o nariz para essa afirmação.

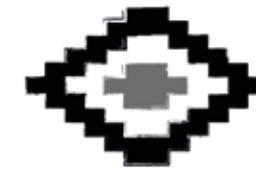
Os Mbya incorporaram os instrumentos como a rabeca e o violão a sua música. O educador aprendeu a tocar os instrumentos ouvindo o pai, com apenas 12 anos de idade.

— Eu queria tocar. Aí peguei o violão. Eu já entrava na Casa de Reza e via os mais velhos tocarem. Demorou um pouco para eu aprender. Nós não tocamos como *jurua*, a posição das mãos é diferente.

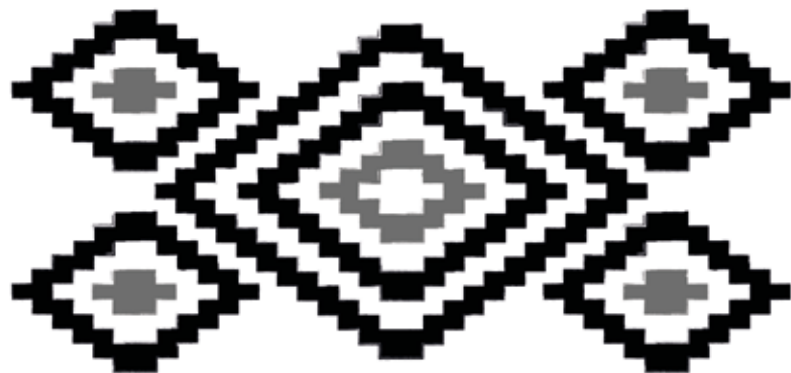
No final de nossa conversa, passamos pelo assunto política. Foi uma visita rápida ao tema, já que Jonatas diz que não se envolve muito com as lideranças da aldeia.

— Quando tem uma reunião geral, eu participo, mas não entendo muito de política.





5. A LUTA PELO ESPAÇO DELA



Arruma as roupas. Põe na bolsa. Pé na estrada. “Vamos para o Jaraguá”. “Voltaremos para a Tenondé Porã”. Uma das principais memórias da educadora Josiane Verissimo são as súbitas mudanças que fazia com a sua família. Ela nasceu na Tenondé Porã e por algum tempo morou lá com os seus quatro irmãos.

Sua família foi para a Terra Indígena Jaraguá, que fica na zona norte de São Paulo, e depois voltou para a Tenondé. Seus pais tinham um casamento estremeado e, assim, logo veio a separação. A educadora se lembra de como as mudanças influenciaram sua trajetória escolar.

— Aprendi sobre a cultura guarani, mas, como os meus pais ficavam se mudando, acabei esquecendo. Tive que me matricular nas escolas do Jaraguá e depois, ao voltar a estudar aqui na Tenondé, percebi que as escolas eram um pouco diferentes.

No dia em que nos conhecemos, a aldeia estava movimentada. Era um sábado ensolarado. Três ônibus chegavam com pessoas não indígenas que vinham visitar a aldeia. Passaram na Casa de Reza e pararam no CECI.

Quem via o Centro de Educação ficava curioso para saber o que era esse espaço. Um “CEU” (Centro Educacional Unificado da Prefeitura), uma “creche”, ouvi várias definições. Algumas crianças corriam; outras ficavam maravilhadas com

as galinhas que circulavam no local. Cheguei a ouvir de um menino a seguinte frase: “Mãe, quero viver aqui para sempre”.

Para se distanciar do barulho dos visitantes, eu e Josiane fomos para a sala da coordenação. Lá, sentamos no lugar onde fica o computador. Ainda era possível ouvir as falas dos “turistas”. No entanto, o som ia ficando cada vez mais sutil, até não incomodar mais. Começamos a conversar. A princípio, Josiane tinha um olhar tímido.

A educadora tem 21 anos e mora a poucos passos do CECI. É mãe de dois filhos. Teve um primeiro casamento conturbado, por isso hoje vive com outra pessoa. Um dos seus filhos a acompanha no trabalho, mas como é muito bagunceiro, fica em casa com o seu marido, ela explica.

— Eu não trago para cá, porque aí não consigo cuidar das outras crianças — diz a educadora.

TEMPOS DE ESCOLA

Quando era estudante, a educadora estudou na escola da aldeia. Os povos indígenas possuem o direito de ter uma educação escolar diferenciada e intercultural, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Na Escola Estadual Indígena (EEI) Gwyrá Pepo, em que Josiane estudou, os nomes das professoras indígenas Giselda e Priscila sempre são lembrados, quando se fala em educação

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

Os povos originários também têm direito a uma escola indígena dentro de sua aldeia, onde cada etnia pode aprender tanto o português como a sua língua materna. No entanto, a conquista desse direito passou por um longo caminho. Historicamente, a “educação” ocidental entrou na vida indígenas primeiro por meio da catequização. Segundo a antropóloga Mariana Kawall, nesse período, o objetivo era negar as diversidades culturais dos indígenas e formar mão de obra (KAWALL, 2001, p. 72).

Eram os jesuítas que ditavam o que deveria ser ensinado, sendo assim as etnias não podiam falar sua língua materna, mesmo os seus rituais eram mal vistos pelos religiosos.

A partir da criação da Fundação Nacional do Índio (Funai) começou-se a pensar em uma educação bilíngue, mas ainda não havia muito o protagonismo dos professores indígenas. Foi no início da década de 80 que eles começaram a se mobilizar e reivindicar seu espaço dentro das instituições de ensino. (Ibidem, p.74)

na aldeia Tenondé Porã. As professoras também são atuantes como lideranças políticas.

Josiane admira as educadoras, mas não contesta a presença de professores *jurua*s nas escolas. Se lembra de ter tido bons educadores na época em que estudou. Não faz muito esforço e logo se lembra de nomes como Samuel e Rubens. Para ela, é importante ter uma escola diferenciada, mas os alunos não podem deixar de aprender as disciplinas que existem nas escolas convencionais.

— Não temos tanto emprego na aldeia. Não é todo mundo que vai ter um trabalho no CECI, na escola ou no postinho de saúde. Alguns vão trabalhar lá fora e precisam ter estudo.

No tempo que estudava, Josiane era uma menina quieta. Sua mãe a achava muito inteligente. Tinha vários amigos bagueceiros, mas diz que gostava de estudar. Com 14 anos, uma surpresa: ficou grávida. Foi uma mudança de vida, mesmo assim optou por continuar estudando. Se lembra de sair de casa com uma barriga enorme.

— Não foi tão difícil assim. Só foi quando o bebê nasceu, porque eu tinha que ficar saindo para amamentar e trocar a fralda.

Recentemente, sua irmã também engravidou com 15 anos, e já não frequenta mais a escola. Ela mostra um ar de desaprovação, não apoia muito a desistência dos irmãos da escola.

Quando ela era estudante, tinha suas matérias preferidas: história, ciência e português. Arriscava um inglês, mas não gostava muito do idioma. Seu professor favorito era *jurua*.

Samuel dava aulas de matemática e física. Apesar de novo, conquistou a confiança dos alunos. Tinha um jeito atencioso e brincalhão, lembra Josiane. No entanto, ele saiu da escola.

A educadora também se recorda das aulas de história. Diferente das escolas convencionais, elas eram ministradas por um professor indígena. O educador tentava trazer para os alunos um pouco da história dos seus antepassados. Josiane vê que os povos originários estão pouco presentes nos livros didáticos e ainda são muito desrespeitados.

— Se antigamente não éramos respeitados, imagina hoje que temos celular, internet em casa e comemos a comida de fora, já que há poucos lugares para plantar aqui.

Para ela, os indígenas são julgados pelos não indígenas por incorporar alguns itens que não são da sua cultura ao seu modo de vida. Muitos dizem que eles estão perdendo a sua identidade étnica. Falam que não são mais “índios”.

UM LUGAR ENTRE AS CRIANÇAS

Josiane via muitos dos seus colegas indo trabalhar fora da aldeia. Pegavam ônibus para Parelheiros e Santo Amaro, mas ela nunca quis sair da Tenondé. Encontrou seu lugar trabalhando com as crianças da *tekoa*.

Foi um longo e difícil caminho até ela se tornar educadora do Centro de Educação e Cultura Indígena. Tudo começou com um curso para professores indígenas. Os organizadores

procuravam um intérprete. Como Josiane falava português e guarani, foi escolhida para a vaga.

Em 2017, seu tio Adriano Verissimo, coordenador educacional do CECI, a convidou para frequentar o curso como aluna. Havia em média 15 cursistas. Nas aulas, ela começou a aprender a como ensinar as crianças e saber como incentivá-las a se envolverem nas atividades. Os participantes também visitavam as plantações e tinham que escrever sobre elas.

O curso não se restringia à *tekoa*: os alunos iam para outras aldeias para trocar conhecimento. Às vezes, os estudantes traziam um pouco de sementes tradicionais para a Tenondé, como uma forma de fortalecer a cultura guarani. Caminhavam também na mata para aprender sobre os diversos usos das plantas medicinais.

— No curso, eu aprendi a falar mais também. Eu precisava explicar as nossas atividades. Conheci mais o português. Sabia falar, mas tinha vergonha. A gente foi aprendendo que errar faz parte, só assim que poderíamos aprender.

Durante a nossa conversa, percebi que Josiane ficava um pouco receosa. A insegurança vinha porque acredita que não fala bem o português, apesar de conseguirmos nos entender perfeitamente. Com o tempo, a entrevista se tornou mais fluida. E as respostas mais longas. Logo, descobri como ela começou a trabalhar no Centro de Educação e Cultura Indígena.

Essa história também se iniciou em 2017. Surgiu quando dois educadores deixaram o CECI, pois tinham desistido. Josiane pensou que era a sua oportunidade de se tornar

educadora, no entanto não aconteceu. Dois homens ocuparam as vagas e ela continuou fazendo o curso.

— Acho que muitos não queriam educadoras, porque elas engravidam. Na época, as quatro funcionárias do CECI tiveram filhos e pegaram licença maternidade.

A questão foi levada para uma reunião na Casa de Reza. A comunidade concordou que deveria haver mais educadoras no CECI.

— As mulheres disseram que era preciso ter educadoras, porque temos filhos e sabemos cuidar das crianças. Sabemos o que fazer quando as crianças choram, como alimentá-las e trocar as fraldas. Depois da fala das mulheres, os homens não tiveram o que falar. Aí, eu entrei como educadora, em janeiro de 2018.

O primeiro dia de Josiane no CECI foi estranho. Ela ficou um pouco de lado. Estava se adaptando. Teve que aprender a ter paciência para lidar com as crianças mais bravinhas, ela me disse. Quando dá oito horas, a educadora já está no Centro de Educação. Ela trabalha no período matutino, então espera o café da manhã acabar e depois vai para a Casa de Reza.

Enquanto conversarmos, Josiane não tirava os olhos do caderno de planejamento em cima da mesa. Lá, estão todas as atividades que as crianças fazem em cada mês. Chegamos ao assunto “roda de conversa”, atividade preferida da educadora. Ela acontece, geralmente, às quartas-feiras. Os pequenos descem para a Casa de Reza e vão escutar a voz dos mais antigos.

— As crianças aprendem como era antigamente. Como os nossos avós viviam. Os mais velhos dão conselhos não só para as crianças, mas também para nós educadores. Não sabemos muitas coisas, vamos aprendendo. As conversas são para fortalecer e incentivar os nossos costumes.

Algumas etnias veem a Casa de Reza como uma escola. Para elas, os líderes espirituais também são educadores. Ficar em uma sala fechada não é, assim, o ideal de educação indígena diferenciada. Para tornar isso possível, é necessário inserir novos personagens à dinâmica escolar, que vão além do velho quadro negro e do giz. E aí que entra o papel do CECI para a disseminação de conhecimentos culturais.

Além de ir à Casa de Reza, Josiane gosta das atividades de culinária tradicional. Gosta de cozinhar beiju (prato típico da tradição indígena feito com fubá e água). Ao contrário dos seus colegas, faz pouco artesanato. Só algumas pulseiras e colares, diz que muito do que aprendeu a fazer foi no trabalho.

Trabalhar no CECI sempre foi um desafio para a educadora. O emprego foi motivo de várias brigas durante seu primeiro casamento. Como ela trabalhava no meio de educadores, o marido tinha muito ciúmes dela.

— Eu o mandei embora. Hoje, ele está em Santa Catarina. Eu casei de novo, mas ainda está um pouco difícil, pois meu ex-marido continua me mandando mensagens e comentando as minhas fotos — desabafa a educadora.

Para falar sobre as experiências de opressão, as mulheres fazem reuniões na aldeia. Josiane fala com orgulho de Jera

Giselda, professora e liderança guarani, que esteve muito presente no processo de demarcação da Terra Indígena Tenondé Porã.

— A maioria das nossas lideranças são mulheres, a Jera é uma das mulheres mais fortes que a gente tem aqui.

Na semana em que conversamos, aconteceu um encontro de mulheres, em que foram discutidos temas como divisão de tarefas domésticas em casa e como lidar com as agressões.

— Nós também sofremos abusos em casa. As mulheres não indígenas vão à delegacia e fazem boletim de ocorrência contra o agressor ou estuprador. Nós temos que fazer igual o pessoal de fora, mas temos medo, algumas não sabem como falar português também.

As lideranças incentivam as mulheres a denunciarem os agressores. Muitas vezes, há visitas dos agentes da Funai e eles recebem as denúncias da comunidade.

Apesar de não participar muito das discussões das lideranças políticas, a educadora acredita que elas desempenham um papel importante na luta indígena, principalmente para a demarcação de terras. Em sua época de escola, lembra-se de sua professora de sociologia falando sobre os direitos indígenas. É sincera e diz que não frequentava muito essa aula, mas reconhece a importância do assunto.

Além dos encontros de mulheres, a educadora também participa das reuniões gerais voltada para toda a comunidade da Tenondé Porã. Nelas, gosta de expor suas opiniões com firmeza. Como ela mesmo me explica, não costuma levar

desaforo para casa:

— Lá, falamos sobre vários assuntos. Das meninas que andam à noite sozinhas. Dos meninos que usam drogas e álcool. Quando acontece alguma coisa na aldeia, a gente só vai saber na reunião. Temos informações se haverá novos projetos, como estão atuando os agentes ambientais e de saúde, e se há alguma reclamação.

A entrada de muitas drogas e bebidas alcoólicas na aldeia é uma das principais preocupações da educadora. Ela sente o problema de perto. Em sua família, seu irmão de 18 anos é usuário de drogas. Para ela, ter um espaço cultural pode contribuir para afastar as crianças e os jovens das coisas que vêm de fora da aldeia.

— Esse lugar é para a gente fortalecer a nossa cultura guarani. Ela não está se perdendo, mas sim enfraquecendo. Às vezes, até nós esquecemos algumas palavras em nossa língua.

Os educadores não gostam que as crianças usem celular no CECI. Mas nem sempre conseguem ser atendidos. Josiane vê as crianças entrando com celular no espaço. Um dia se deparou com menino atento ao vídeo da Galinha Pintadinha.

— Essas crianças chamam a atenção das outras que estavam assistindo outros vídeos. Acho que não deveríamos dar essas tecnologias para as crianças.

Os dispositivos eletrônicos são vistos com cuidado pelos educadores do CECI. Na sala de informática, os pequenos apenas assistem a vídeos educativos. Josiane afirma que esses materiais são úteis para ensiná-los.

Os joguinhos também atraem a atenção das crianças e facilitam o aprendizado.

Em sua casa, Josiane se diz atenta à entrada de tecnologias. Não gosta de dar o celular para seus filhos. Ela possui uma televisão em casa, mas não deixa as crianças assistirem a alguns programas.

— Há alguns desenhos que não trazem educação nenhuma para as crianças. O Quintal da Cultura (programa infantil da TV Cultura) é um pouco melhor. Mas meus filhos assistem também à Galinha Pintadinha e ao Bob Esponja.

Quando era criança, Josiane e seus irmãos raramente assistiam à televisão. Na época em que morava na Tenondé, seu pai começou a trabalhar como segurança no CECI e comprou um aparelho, mas eles nem ligavam. Gostavam de brincar perto da represa, lá embaixo no açude.

Josiane ganhou seu primeiro *Playstation* quando tinha 12 anos. Morava ainda no Jaraguá e seu pai lhe deu de presente. Ela diz animada que logo que comprou o videogame ficou viciada em *Resident Evil*. Gosta desses jogos que têm uma pitada caprichada de terror.

No entanto, ser mãe, às vezes, exige algumas abdições e assim ela “aposentou os controles”. Apesar de ser fã de jogos de videogame, a educadora tenta evitar que os filhos fiquem viciados. Ela tinha comprado o *Playstation 3*, mas vendeu por causa das crianças.

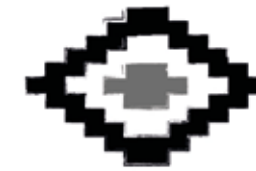
— Um dia eu comprei o jogo *Resident Evil*, eu adoro esse jogo, e meu filho de cinco anos pegou o controle e ficou o dia

inteiro tentando passar de fase. Acho que esses jogos não fazem bem para os meus filhos, têm morte, sangue e armas.

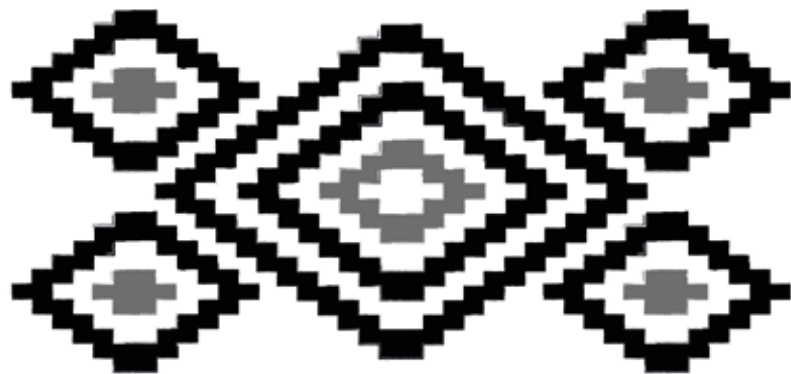
Hoje, quando está em sua casa dificilmente encontra espaço para o lazer. Depois de ir para o CECI, à tarde, vai para casa da mãe ajudar a cuidar dos irmãos e da limpeza. Sua mãe é merendeira, trabalha na escola da aldeia das 6 às 18 horas.

— Eu vou para a casa da minha mãe para fazer comida e ajudá-la. Tenho uma boa relação com a minha mãe e o meu pai. Ele, às vezes, ajuda a gente com cesta básica e dinheiro.





6. O EDUCADOR PESCADOR



Era uma segunda-feira. O sol estava tímido e o vento insistia em deixar o ar daquela manhã gelado. Cheguei ao CECI e não vi muitas pessoas. Da cozinha, se ouvia um barulho de uma pequena movimentação. Os funcionários da limpeza aproveitavam a tranquilidade do ambiente para limpar o local.

Juscelino Peralta tinha levado as crianças para uma atividade improvisada no campinho de futebol da Tenondé Porã. Aquele dia não saiu como os educadores haviam planejado. De manhã, um ônibus viria pegar os educandos para um passeio no Parque Ecológico do Tietê. O local fica na zona leste de São Paulo, a mais de 50 quilômetros da aldeia. Seriam quase duas horas de viagem.

O veículo não apareceu. Encontrei o coordenador cultural do CECI, Isaque Karai, sentado perto da sua casa, com os olhos atentos ao celular. Foi ele que me deu a notícia. A manhã estava um pouco turbulenta. Não consegui conversar muito com Isaque, que entrava e saía do Centro de Educação e Cultura Indígena apressado. Desci a rua e fui encontrar as crianças.

No campo, as meninas estavam com suas bolsinhas; os meninos estavam todos arrumados, mas não seria dessa vez que fariam o passeio. Eles já tinham ido ao Ibirapuera, mas ao Parque Ecológico seria a primeira vez.

Desanimados, os educadores não sabiam quando teriam uma nova oportunidade.

No campo de futebol, as crianças não escondiam seu olhar triste. Algumas estavam jogando bola e outras sentadas junto com os educadores. Juscelino me disse que estavam tentando pensar em atividades para a frustrante manhã. Naquele dia, ele e a educadora Josiane estavam responsáveis pelas crianças.

Caminhamos para um espaço perto da Casa de Reza. Os pequenos se animaram para brincar de esconde e esconde, mas a brincadeira não durou muito. Logo, Juscelino os chamou para visitar as plantações de milho. Quando chegamos lá, não ficamos muito tempo. Foi uma breve olhada nos pés do cereal, que estavam derrubados, devido às constantes e fortes chuvas da última semana.

Perto da horta do CECI, havia outro campinho de futebol. Um pouco menor do que aquele em que estávamos. Os educadores decidiram levar as crianças para jogar bola lá. Meninos e meninas jogavam todos juntos. De vez em quando, vinha um jovem da comunidade para complementar o time dos educandos.

As crianças corriam e gritavam animadas, falavam apenas em guarani. Imaginei que seria algo como: “chuta”, “passa pra mim”. Naquele manhã, Juscelino não estava muito bem, acordou mal do estômago, mas mesmo assim concordou em conversar comigo. Pediu um tempo para comer alguma coisa e voltou. Sentamos na grama, na beirada do campinho. Algumas meninas acompanhavam a nossa conversa.

O educador tem 23 anos, me contou que não nasceu na Tenondé. É de Ubatuba, litoral norte de São Paulo.

Juscelino morava com o pai em uma aldeia de Prumirim. O bairro atrai muitos turistas por ter uma cachoeira, que leva o seu nome, em uma área preservada da mata atlântica.

— Sou mestiço. Meu pai não é Guarani, casou com a minha mãe que é. Como ele saía muito, eu não ficava muito tempo com ele.

Quando Juscelino tinha cinco anos, seus pais se separaram. Sua mãe ficou morando na Tenondé Porã e ele com o pai em Ubatuba. Um dia o educador decidiu subir a serra com o seu tio e vir visitá-la. Se lembra vagamente de ter colocado o pé na estrada e chegado à aldeia com 14 anos.

Apesar de não ter as praias e cachoeiras de Ubatuba, que ele tanto gostava, o educador se sentiu bem na capital paulista, e o que era para ser uma visita se tornou uma estadia permanente. Ele se casou, teve uma filha e passou a viver na Tenondé Porã.

Para o educador, vir para a aldeia de Parelheiros foi muito bom, principalmente porque ele conseguiu completar os seus estudos. Lá em Ubatuba, ele foi alfabetizado em português com sete anos. No entanto, estudou na cidade apenas até a sexta série. Na época, não era fácil frequentar a escola.

— Eu gastava de 20 minutos a meia hora para chegar até a escola. Ela era dentro da aldeia indígena, mas ficava longe da minha casa. Como lá em Ubatuba tem muita cachoeira, quando chovia era muita lama, alagava e não tinha como atravessar. Eu ficava dois ou três dias sem estudar, então perdia matéria.

UBATUBA: UMA CIDADE INDÍGENA

A cidade de Ubatuba possui sua história atrelada aos povos indígenas. Era chamada de aldeia de Iperoig. Seus primeiros habitantes foram os Tupinambás. Foi só em 1554 que passou para a categoria de Vila, após a chegada dos portugueses.

A etnia Tupinambá aos poucos foi desaparecendo. Hoje, a cidade de Ubatuba é habitada por povos de origem Tupi-Guarani e Guarani.

Ao chegar à Tenondé, Juscelino ainda ficou um tempo sem ir à escola. Na época, não havia vaga para ele fazer a matrícula. Assim, passou dois anos sem estudar. Foi quando surgiu a oportunidade para se matricular na Escola Estadual Indígena Guarani Gwyrá Pepo. Comparado ao tempo que estudava em Ubatuba, o caminho se tornou muito mais fácil. Quando saía da aula, em cinco minutos, já estava na porta de casa.

Na escola, ele aprendeu as disciplinas do currículo convencional. Não era muito fã de inglês e matemática, mas achava que elas eram importantes para a sua formação. Gostava bastante de português e ciências.

Como era uma escola indígena, às vezes, os alunos tinham algumas atividades culturais. Iam para a Casa de Reza, faziam atividades de dança. Quando alguém falecia na comunidade, eles prestavam homenagem. Atualmente, o educador diz que as escolas possuem mais aulas tradicionais do que matérias de fora.

— A intenção dos professores do estado era fortalecer a nossa cultura. Hoje em dia, os jovens já usam roupa de marca, têm celular e querem se vestir como aquele cantor ou jogador, mas isso não significa nada. O importante é manter a nossa cultura, a nossa língua e a sabedoria.

No tempo que era estudante, Juscelino gostava muito de passar um tempo com os seus colegas. Não era raro sair na hora do intervalo para tomar banho com seus amigos na represa Billings, próxima à aldeia.

— Chamava eles e falava: vamos sair hoje? Íamos tomar

banho lá na represa. Tínhamos mais liberdade para sair da escola.

Quando ele se formou, precisou encontrar um trabalho para ajudar a sua família. Já era casado, então começou a colher e vender palmito nas feiras. Saía de casa e ia com seus produtos para Socorro, distrito localizado na zona sul da metrópole paulista.

— Como a mata é longe da cidade, eu costumava ir pegar palmito. Era para a nossa sobrevivência. Não tinha outra maneira. Minha mãe também ajudava um pouco em casa.

Para complementar a renda da família, ele também pescava.

— Eu adoro pescar. Pegar bastante peixe me dá ânimo e eu ajudo a minha mãe quando ela está sem mistura. Eu tenho o dom para fazer isso. Quando eu pego uns três quilos, já é suficiente, aí eu paro — disse o educador que, às vezes, desviava o olhar para ver se estava tudo bem com as crianças.

Juscelino aprendeu a pescar com o tio. Ele pescava com uma rede circular conhecida como tarrafa. O item não vem da tradição indígena, ele explica, mas torna a pesca mais fácil. Ela possui chumbo e faz com que os peixes caiam nela. Em suas idas à represa Billings, ele costumava pegar tilápias, traíras e carpas, e levava-as para a casa da sua mãe. É preciso ter precisão para arremessar a rede para que ela se abra o máximo possível.

— Pedi para o meu tio me chamar quando ele fosse pescar. Um dia, fomos à represa e eu ficava olhando como ele jogava a rede. Depois de três dias, decidi ir pescar com a tarrafa.

Joguei três, quatro vezes, errei. Mas depois que eu acertei aprendi.

O educador também se orgulha de ter aprendido muito com o seu avô. Quando ele chegou à Tenondé, o acompanhava para buscar lenha e fazer armadilhas. Ele diz que sua mãe também é muito apegada à cultura. Uma curandeira antiga da aldeia, ela conhece bem as propriedades das ervas medicinais.

— Nós temos ervas para curar as crianças que estão tossindo ou com diarreia, mas muitas pessoas vão direto ao postinho. Hoje, minha mãe só atende parte da minha família. Nós damos muito valor para ela. Eu criei a minha filha junto com as ervas medicinais da minha mãe, minha filha já está com quase sete anos e nunca foi para o hospital.

MUDANÇA DE VIDA

Há três anos, surgiu uma vaga para trabalhar no Centro de Educação e Cultura Indígena. Juscelino se lembra que o trabalho era muito concorrido, já que uma minoria na aldeia tinha emprego. Conversou com a esposa e pensou: “Não custa nada tentar”.

Como tinha feito algumas oficinas no espaço, ele indicou seu nome para Adriano, coordenador educacional do CECI. Ele foi chamado para fazer uma prova sobre conhecimentos da tradição e intenção de trabalho.

— Hoje em dia, a pessoa trabalha apenas pelo salário e não para ajudar — disse.

Logo após a prova, Juscelino foi convidado para uma entrevista. Chegou e viu várias pessoas esperando para serem entrevistadas. Duvidou se realmente conseguiria a vaga.

— Na verdade, no primeiro dia da entrevista, eu estava bem nervoso, não sabia se seria aprovado ou não.

Na sala, estavam o pessoal mais velho da aldeia: o antigo cacique Timóteo Verá Popyguá, a liderança Pedro Vicente e o coordenador educacional do CECI Adriano Verissimo. Eles foram consultados por conhecerem a dinâmica do espaço. Além disso, entre os Guarani é muito comum ouvir as lideranças mais antigas da comunidade antes de tomarem uma decisão.

Três dias depois, veio a notícia: ele havia sido aprovado. Foi escolhido pelo conhecimento que tinha sobre a cultura guarani. Como sua mãe é curandeira, ele conhecia muito sobre o potencial curativo das ervas medicinais, além de saber pescar e fazer armadilhas.

No entanto, sua vaga não seria para ser educador cultural. Foi chamado no CECI e descobriu que iria trabalhar como educador de informática. Foi uma surpresa, ele comenta. Entendia pouco de tecnologia, por isso, resolveu fazer um curso para o ajudar no trabalho.

— O curso me ajudou bastante. Eu não sabia o que fazer quando o computador desligava. Não sabia dar manutenção. Até vinha um cara aqui dar um curso, mas não estava adiantando muito, então decidi fazer fora mesmo. Hoje, eu conserto até

celular se quebrar — explica o educador, que sempre conferia se tinha alguma mensagem em seu celular.

A sala de informática fica na parte mais ao fundo do CECI. Passa-se pela cozinha, banheiros, salas de administração e aí então se chega ao local, que fica todo iluminado com a entrada do sol pelas janelas.

Na época que trabalhava nessa salinha, Juscelino ensinava as crianças a mexerem no computador e aprenderem sobre a cultura guarani. Era o momento de conhecer também sobre outras etnias no Brasil. Tentava mostrar que não havia só indígenas na Tenondé, mas em todo país.

— Pesquisar sobre outros povos era o que eu mais gostava. Mostrar como era a realidade. Mesmo com dificuldades, a gente vive bem aqui na aldeia se compararmos com as aldeias do Mato Grosso do Sul. Eu mostrava vídeos de como eles estavam vivendo lá.

Juscelino diz que as crianças gostam de saber como é a realidade de povos vivendo em outros estados. Essas atividades dominavam suas aulas, mas, às vezes, pela demanda das crianças, ele abria espaço também para os joguinhos. Não era muito tempo, apenas 20 minutos. O educador diz que sabe que a tecnologia não vem da cultura guarani, mas é impossível ignorá-la.

As aldeias já têm internet e as pessoas já usam bastante o celular. Nas aulas de informática, ele tentava conversar com as crianças sobre o uso desses eletrônicos. Era importante que eles não atrapalhassem o interesse dos

VIOLÊNCIA CONTRA OS INDÍGENAS

No Mato Grosso do Sul (MS), há a presença dos Guarani Kaiowá e Nandeva. É uma região de intensos conflitos entre os indígenas, fazendeiros e madeireiros, devido à demarcação de terras. Segundo o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil de 2017, o estado é o segundo com o maior número de Terras Indígenas (TIs) aguardando para ser definitivamente reconhecidas. São 102 TIs aguardando providência para ser definitivamente reconhecida — só perde para o Amazonas, que tem 262 terras com pendências administrativas. Já no estado paulista, são 38.

O documento é publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em relação aos assassinatos de indígenas acontecidos em MS em 2017, o órgão registrou 23 ocorrências. Em São Paulo, a instituição apontou apenas um caso.

estudantes pelo modo de vida dos Guarani.

Enquanto trabalhava na sala de informática, o educador via muitos moradores irem lá para usar a internet. Eles falavam com parentes distantes. Mexiam no Facebook ou jogavam. Quem passa pelo espaço hoje não vê tantas pessoas, já que não há mais internet no local.

— Depois que eu saí, acho que o servidor queimou. Vai fazer dois anos que a sala de informática está sem internet — diz.

A comunidade só conta com o *wi-fi* da prefeitura, que funciona apenas durante a semana. Perto do CECI, sempre é possível ver jovens mexendo no celular para aproveitar o sinal mais forte.

Por muito tempo, a rotina de Juscelino era chegar ao trabalho e dirigir-se à sala de informática no fundo. Ajudava as crianças. Fazia relatórios. Acompanhava as crianças. Fazia relatórios. Ensinava as crianças. Fazia relatórios.

Tinham dias que seus amigos o chamavam para interagir com as meninas e meninos nas atividades culturais. Dava uma pausa e ia, mas depois voltava a preencher os papéis. Estava cansado.

— Um dia surgiu uma vaga para educador [cultural]. Como as pessoas sabiam que eu gostava de ficar com as crianças, aceitaram que eu mudasse de cargo. Antes, eu ficava mais fazendo relatório, não era bem o meu estilo. Minha intenção era ajudar os alunos.

Já conversávamos há um bom tempo. O relógio marcava quase meio dia. Hora do almoço. As crianças começaram a sair

do campinho correndo para o CECI. Chamaram o educador e nós nos levantamos também.

O ar continuava gelado, mas continuamos conversando do lado de fora. Como o educador gosta mais das atividades de pesca, há dias que ele leva as crianças até a represa para as ensinar como pescar. Escolhe a melhor madeira para a vara e diz para os estudantes terem paciência.

— Aqui [na represa] tem bastante peixe. Temos também um açude aqui perto [da aldeia], mas que não tem peixe. Se tivesse, no dia de culinária tradicional poderíamos pegar os peixes lá e assá-los.

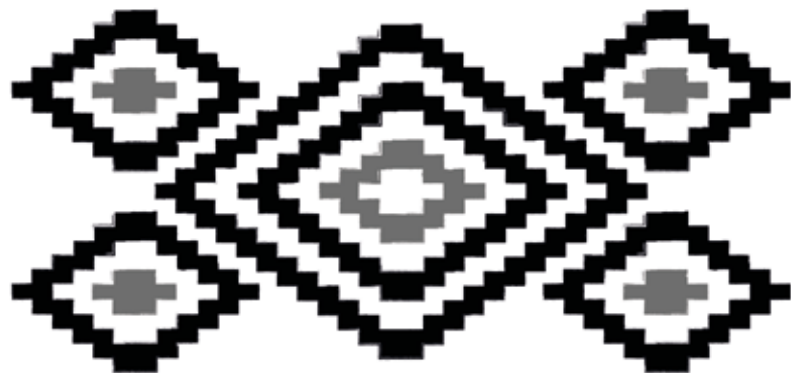
O educador também faz atividades de pintura com as crianças. Elas vão até a Casa de Reza. Escutam o pajé e depois desenham algo relacionado com a história do líder espiritual. Se está sol e é época de caça, Juscelino leva os pequenos para colocarem armadilhas na mata. No outro dia, eles vão ver se elas funcionaram.

— Hoje, eu me sinto muito bem, é a minha praia mesmo, não me arrependo de ter mudado — disse o educador.





7. O OLHO POR TRÁS DA BUROCRACIA



Olho no celular. Notebook na mão. Adriano Verissimo estava bem ocupado no dia em que conversamos. Ele é coordenador educacional do Centro de Educação e Cultura Indígena. Naquela segunda-feira, esperava um grupo que vinha da aldeia do Espírito Santo para fazer um intercâmbio de turismo na aldeia Krukutu.

— Vou ter que ir fazer a recepção, por isso tenho que ficar olhando o WhatsApp — disse.

Quando encontrei Adriano, ele estava preocupado com o celular, que tinha parado de funcionar. Improvisou. Pegou um emprestado da sua esposa e começou a conversar com o grupo, que vinha do estado capixaba. Como eles só viriam à tarde, achei uma brecha no dia para conversarmos.

As crianças corriam para o almoço. Da cozinha, um cheiro dava a dica: a comida seria peixe. Segundo o Calendário Guarani, era a época de pesca, então o alimento estava em alta na aldeia. Sentamos em frente ao CECI, em uma escada que tinha ao lado uma grande árvore para nos proteger do sol. Adriano é Guarani e tem 33 anos. Casado e com três filhas, ele sempre morou na Tenondé Porã. Ele ainda era um menino quando seu pai foi embora de casa.

O coordenador ficou morando com a sua mãe e seus três

irmãos. Na sua infância, diz que já havia interferência da cultura externa, mas que não era tão forte como hoje. É um crítico dos viciados em celular.

— Os jovens de hoje são bem diferentes dos da minha época, que ainda brincavam. Agora, as crianças já têm WhatsApp e não conseguem ficar um dia sem celular.

A incorporação de elementos que não nasceram dentro da cultura guarani é comum na Tenondé Porã, mas não é sinal de uma perda de identidade. Um dos papéis de Adriano na aldeia é conscientizar os juruas sobre a visão estereotipada que muitos possuem. Conta que os visitantes sempre o questionam sobre a questão das roupas. Já que no imaginário de algumas pessoas, os indígenas vivem nus nas aldeias.

— Os jesuítas que conseguiram que usássemos roupas e depois [a sociedade hoje] quer voltar atrás — explica Adriano ao lembrar que algumas pessoas pensam que o uso de roupas define quem é o “índio verdadeiro”.

Durante a nossa conversa, Adriano também não me recebeu de cocar. Mas isso não o faz menos Guarani. Ele mantém sua religiosidade indígena, vai à Casa de Reza e fuma seu cachimbo.

DE ALUNO A EDUCADOR

Adriano se lembra de ter começado a estudar com mais ou menos 10 anos. Quando ele era criança, não havia escola na aldeia.

Para suprir essa carência de ensino na comunidade, alguns moradores da Tenondé Porã se organizavam e eles próprios davam aulas na Casa de Reza. Não era uma iniciativa formal, no entanto, esses educadores tiveram um papel importante na alfabetização em português do coordenador.

Durante a nossa conversa, Adriano fala um pouco das práticas de ensino na época em que era estudante.

— Nesse tempo, não tinha alfabetização em guarani. Hoje, a gente já está começando a engatinhar e ter a escrita na nossa língua. Antigamente, o nosso modo de aprendizagem era todo oral. Não tinha livro didático da nossa cultura. Era tudo em português.

Na escola da aldeia, Adriano fez a terceira série e um pouquinho da quarta. Estava adiantado comparado aos colegas, então foi incentivado a fazer uma prova de reclassificação. A avaliação foi positiva, ele conta, e foi a oportunidade para que o coordenador saísse da Tenondé Porã para estudar.

Todo dia pegava seu material e ia para uma escola que ficava no bairro Cidade Nova América, a mais ou menos três quilômetros da aldeia. Fora da sua comunidade, fez a quinta, sétima e oitava série.

Quando chegou o momento de fazer o ensino médio, teve que procurar uma nova escola. Na Tenondé Porã, só havia o ensino fundamental na época. Fez o primeiro ano em uma escola no bairro vizinho, chamado Barragem, mas não trouxe boas recordações de lá. Ao chegar na sala, se incomodava com os alunos que ficavam se drogando e bebendo.

Foi a primeira vez que ele repetiu de ano. Estudou por mais um semestre e desistiu.

Eu quis saber se ele gostava de estudar. Não foi uma pergunta fácil.

— Eu não gostava muito de estudar. Naquele tempo, era tudo mais difícil. Não tinha as facilidades de hoje, de ter ajuda do governo para ir para a escola. O que atrapalhou um pouco os meus estudos era que, na mesma época, eu tinha que trabalhar para conseguir dinheiro. Trabalhava dez dias e o restante do mês estudava.

Adriano colhia palmito na aldeia e ia vender na cidade, ou levava para as pessoas que já encomendavam. Ele não gastava com transporte, mas tinha que comprar uma roupa para ir para a escola, além do material escolar.

— Minha mãe não tinha condições de comprar, nem ela nem ninguém. Então, a gente tinha que se virar.

Após sair da escola no bairro da Barragem, o coordenador voltou a estudar na aldeia. A jovem instituição passou a receber alunos do ensino médio e iniciou uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foi assim que o coordenador conseguiu terminar os seus estudos.

Adriano passou por escolas indígenas e de juruas. Em sua visão, não viu muita diferença. No ano de 1988, quando o deputado Ulysses Guimarães promulgou a jovem constituição, os povos originários sabiam que teriam direito a uma educação diferenciada. Estava garantido o uso da língua materna na escola, mas a aplicabilidade desse ensino ainda não era muito clara.

— Como estava no começo, o pessoal não tinha muita noção de ensino diferenciado. Naquela época, os indígenas eram doutrinados, se falava que tinha que estudar para ser alguém na vida. As famílias mandavam os filhos para a escola sem saber direito o porquê. Não se tinha a noção que a escola tinha que ser diferente para nós.

Para o coordenador, na concepção indígena a ideia de estudar para ser “alguém na vida” não tem fundamento. Formar mais mão de obra do que cidadãos é um pensamento mais comum entre os juruas, ele diz.

— Não precisamos ser milionários para viver bem, mas o pessoal coloca isso na cabeça. Acho que não precisa ser dessa forma. Para mim, foi importante ter estudado para defender o meu povo das opressões. Se eu não tivesse estudado, não saberia como me defender. Parte dos meus estudos serviu para isso, e não por ter conseguido ser um presidente de alguma multinacional, isso para mim não tem importância.

Aos poucos, entramos no assunto espinhoso: o preconceito com relação aos povos indígenas. Adriano conta que, como estudou fora, sofreu muita discriminação. Tentava “levar na boa”, mostrar a visão equivocada das pessoas, mas eram situações que deixaram lembranças difíceis em sua memória.

Um dia, ele e seus amigos se inscreveram para jogar em um torneio de futebol. Na primeira partida, eles ganharam. Um colega os chamou para tomar uma cerveja, então decidiram fazer um pequeno intervalo. Sentaram em um lugar tranquilo. Enquanto isso, um outro time da aldeia estava em campo e

também à frente no placar.

Sem perceber que os Guarani estavam próximos, um homem fez um comentário: “Olha, os índios estão ganhando de novo”. Logo, um outro moço que estava na mesa respondeu: “Mas também, os caras não trabalham, só ficam jogando bola”.

— Eu olhei por cara e disse: como é que você falou? Se você quer saber, a gente trabalha sim. Não é você que está pagando esse jogo pra gente. Não é você que está pagando a nossa cerveja — esse foi um dos casos lembrados por Adriano.

UM “VELHO AMIGO” DO CECI

Era o ano de 2004, o Centro de Educação e Cultura Indígena estava abrindo as suas portas pela primeira vez. Ninguém sabia direito como o jovem espaço iria funcionar, mas sua inauguração movimentou a comunidade. Começaram as seleções para ver quem teria condições de trabalhar na casa cultural.

Entre aqueles que pleiteavam a vaga, estava Adriano. Por sua experiência nas escolas de fora da aldeia, conquistou a confiança das lideranças e foi selecionado para integrar uma das primeiras turmas do CECI. Ela era formada por três pessoas mais velhas e três mais jovens.

Ele logo quis me deixar claro a diferença entre CECI e CEII. As siglas são parecidas, mas tinham propósitos diferentes no início do projeto. O Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) era voltado para a comunidade e tinha a função de dar oficinas.

Dentro desse mesmo espaço, estaria o Centro de Educação Infantil Indígena (CEII), com o papel de atender as crianças de até seis anos. Os moradores da aldeia não se atentam tanto a essa diferença e chamam o espaço apenas de CECI.

— Quando teve o nascimento do CECI foi pensado o seguinte: haveria alfabetização ou não? Decidimos que não. Nem em português e nem em guarani — disse o coordenador.

Para trabalhar com os educandos, vieram os professores da escola. Eles davam oficinas de marcenaria e pintura para os jovens e as crianças. Adriano começou como monitor. Sua função era olhar os educandos, ver se eles estavam aprendendo e tomar cuidado para que os pequenos não se machucassem. Com tempo, ele também se tornou educador.

— Eu gostava muito de passear com as crianças no mato. Antes do CECI, nós não tínhamos liberdade de sair com elas por aí. Elas ficavam vendo televisão em casa.

Adriano também se lembra das discussões com relação à alimentação diferenciada. Ela deveria ser adequada para a criança guarani. É a ONG Centro de Apoio a Saúde e Assistência Social que gerencia o espaço e envia os alimentos.

Em uma das minhas visitas à aldeia, vi um carro chegando. Um moço com um papel na mão gerenciava a entrada da merenda das crianças no CECI. A ONG busca suprir as necessidades de alimentação diferenciada. No espaço, chegam alimentos como milho e batata-doce.

— Geralmente, as outras escolas não recebem esses alimentos — diz Adriano.

No começo do projeto, o CECI oferecia alguns cursos de computação. Vinham professores de fora para dar as aulas para os jovens e educadores. Adriano começou a se envolver nos sistemas operacionais e então veio o convite da ONG para ele ser coordenador educacional do CECI.

— Eu me destaquei com mais facilidade em lidar com tecnologia. Agora, já vai fazer seis anos que eu sou coordenador.

Adriano chega ao trabalho às oito horas da manhã. Caminha pelo espaço de um lado para o outro. Vê se o pessoal da limpeza precisa de alguma coisa. Passa na cozinha. Volta. Faz reuniões com os funcionários para saber o que precisa ser melhorado no CECI.

O coordenador fica mergulhado em processos burocráticos. Em sua mesa, confere os complicados e exaustivos contratos de licitações. Vê quais empresas farão a limpeza e segurança do espaço. Fica atento ao atraso de salários dos funcionários e acompanha a contratação dos novos educadores.

Se tem vaga, Adriano divulga para a comunidade. Conversa com as lideranças e os mais velhos para fazer as escolhas. Eu quis saber qual era o perfil de educador do CECI.

— Ele não precisa ser um mestre na escrita, mas tem que ter essa vontade de conhecer a cultura. Também ter interesse de saber mais sobre a legislação da educação indígena e facilidade de conversar com os mais velhos

O coordenador não fica mais entre as crianças, mas não se afastou totalmente da parte pedagógica. Às vezes, dá uns pitacos no trabalho dos educadores. Sua função é orientá-los para

fazer as atividades propostas, de acordo com o planejamento.

— Caso eu veja uma situação que tenha que intervir, eu falo. Tem educador que quer plantar milho, mas não é a época. Eu tenho que chegar e conversar e tentar explicar de um jeito que ele entenda.

As lideranças também têm um papel importante na gestão do espaço.

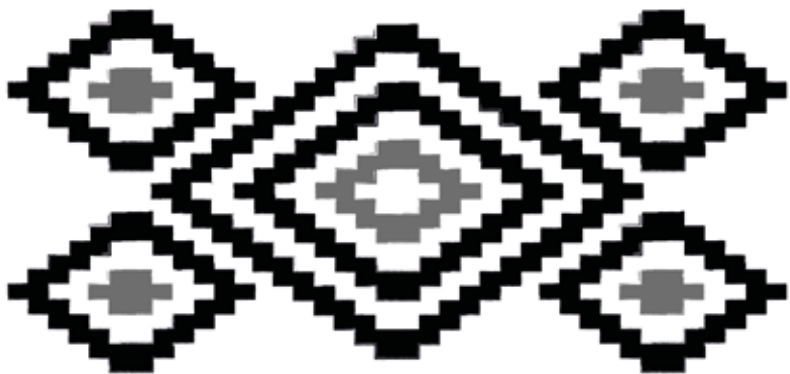
— Eu sou coordenador, mas não posso falar que mando no CECI. A gente tem uma hierarquia na aldeia, que são as lideranças, se acontece alguma coisa, eu tenho que levar para elas.

Enquanto conversávamos, as crianças passavam apressadas. Era possível ouvir próximo alguns sussurros em guarani. Eu quis saber se o CECI tinha alguma dificuldade.

— Acho que falta mais o apoio do setor de educação. Às vezes, a gente não consegue trazer um espetáculo ou contratar um oficinairo. Para ele trabalhar aqui, ele precisa ter uma conta em um banco específico, e muitas vezes o dinheiro da oficina não compensa para ele ir na cidade abrir.



8. UMA CANTORA NO CECI



Era o início da semana. As crianças já tinham almoçado e estavam chegando para o lanche da tarde. Eu quase saí sem falar com Jacira Verissimo. Tinha desistido de encontrá-la. Foi quando a sua irmã me disse que ela estava na sala da coordenação cultural. Quando cheguei, vi que ela estava sentada preenchendo alguns papéis — pensei que seria algum planejamento de atividade.

Tinha um olhar tímido e um pouco assustado. Nunca fez nenhuma entrevista e por isso ficou receosa. Mesmo assim, balançou a cabeça e concordou em conversar comigo. Enquanto falávamos, ela mantinha os olhos atentos às folhas em cima da mesa.

Jacira é uma das educadoras mais antigas do CECI. Trabalha lá há sete anos. Vive com o marido e os três filhos em uma casa próxima à escola da aldeia, lá perto da represa Billings, onde as crianças fazem as atividades de pesca.

Em minhas visitas à aldeia, já tinha ouvido: “Depois você fala com a Jacira”. A educadora é conhecida no Centro de Educação e Cultura Indígena por sua experiência. Durante a nossa conversa, éramos interrompidas eventualmente por algum jovem que entrava na sala e tirava algumas dúvidas com ela.

No dia em que conversamos, Jacira estava com 29 anos. Faria aniversário no dia seguinte. Diz que sempre morou na Tenondé Porã. Se lembra que, quando era criança, dificilmente saía de casa. Seu pai era muito rígido e não a deixava brincar com os primos e, às vezes, nem de boneca.

Até hoje, a educadora não gosta muito de sair da aldeia. Só viajou uma vez, quando foi para Ubatuba. Aos oito anos, ela aprendeu a fazer os serviços domésticos. Era uma rotina de adulto. Lavava roupa. Passava roupa. Limpava a casa. Não havia tempo para brincar, apenas para ir para a escola.

Jacira estudou até a sexta série na escola da aldeia. Na época de escola, a educadora diz que o pai não gostava que ela saísse da sala de aula. Para ela, atualmente, é diferente. O intercâmbio com o mundo *jurua* se tornou mais intenso. As crianças se interessam mais pela tecnologia. Ficam atentas aos celulares, *tablets* e joguinhos.

— Na minha infância, não tive contato nenhum com celular ou *tablet*. Tive meu primeiro celular lá para o final de 2009. Hoje, quando eu saio do CECI, eu vou pela escola. Aí vejo as crianças fumando cachimbo, jogando no celular e puxando o *wi-fi*. Eu não acho certo, elas deveriam estar dentro da sala de aula.

Jacira explica que, nos últimos tempos, há um movimento forte para que as crianças não percam a sua cultura, mas é difícil. Nem todo mundo gosta de conversar sobre esse assunto. Dentro de casa, ela

tenta aconselhar os filhos a nunca se esquecerem onde estão plantadas as suas raízes.

— O que me entristece é que tem muitos meninos usando drogas, não queria que meus filhos se envolvessem com isso. Eu sempre falo para eles frequentarem a Casa de Reza. Como eles fazem parte do coral, vão toda noite.

Jacira, quando menina, já circulava pela Casa de Reza. Lembra-se de acompanhar o pai e ir ouvir os pajés falando sobre sua cultura e o futuro da comunidade.

O incentivo para fazer artesanato também está relacionado à figura paterna. Perguntei se ela gostava de fazer, a resposta veio um pouco insegura. Até gosta, faz algumas cestarias, mas, como ela mesmo diz, “faz mais ou menos”, o que ela sabe mesmo fazer é o leque.

Quando se casou, aos 17 anos, Jacira saiu da escola. Um ano depois do seu casamento veio o seu primeiro filho, que hoje já está com 12 anos. Ela tem mais dois: um de seis anos e outro de um ano e sete meses. Seu filho do meio vai para o CECI todo dia.

Ela diz que se acostumou a morar na Tenondé. Sua mãe, após se separar do seu pai, foi morar no Jaraguá e sempre a convida para ir lá, mas a educadora não gosta muito de sair de casa. Há 12 anos, passou um momento difícil com o falecimento do pai.

— Foi bem no dia do aniversário do meu filho. Minha tia que me avisou. No começo, não acreditei. Sempre convivi com meu pai, mesmo ele separado da minha mãe.

NASCE UMA EDUCADORA

Era um dia comum. Jacira estava em casa. Soube que a professora da escola da aldeia, Jera Giselda, queria vê-la. Dirigiu-se à escola e chegou lá assustada.

— O que foi que eu fiz para você me chamar assim desse jeito? — Perguntou.

A educadora queria que ela começasse a dar aulas: “Você tem capacidade de trabalhar com as crianças”, ouviu de Jera. Sem hesitar, ela aceitou o convite.

— Eu disse que tudo bem, eu não estava fazendo nada em casa. Fiquei lá por algumas semanas.

Na escola, Jacira começou a alfabetizar as crianças tanto em português como também em guarani. Um dia, conversando com Jera, descobriu que a professora iria abrir uma turma para a Educação de Jovens e Adultos. Se interessou. Assim, parou um pouco de dar aulas para se concentrar em voltar a estudar.

— Eu disse: vou parar um pouquinho, Jera concordou. Entrei de novo na escola e estudei por seis meses.

Jacira foi ganhando experiência na área da educação. Chamou a atenção das lideranças da aldeia. Timóteo Verá Popyguá, ex-cacique da *tekoa*, veio conversar com ela e convidou-a para ser educadora no CECI. Na época, ele era coordenador cultural do espaço e buscava alguém para ocupar o lugar do genro dele.

Jacira aceitou. Hoje, é uma das educadoras que trabalha na parte da manhã no Centro de Educação e Cultura Indígena. Gosta de conversar com as crianças sobre o *nhandereko*, modo de vida guarani. Costuma lembrar dos conselhos da infância para contar aos pequenos. Também gosta de convidar os mais velhos da aldeia para conversar com os alunos.

— Como eu sou a mais velha da turma, os educadores vêm e pedem a minha ajuda. Se eu não puder ajudar, eu chamo alguém mais velho.

A educadora brinca com as crianças, mas gosta mais de fazer atividades relacionadas com a cultura guarani. Às vezes, os estudantes não escutam muito, são muito bagunceiros, ela comenta.

— Falamos que vamos dar um pirulito ou um suquinho e eles ficam mais calmos. Aí a gente aproveita para ter uma conversa sobre o *Xondaro* e a *Tangará*.

Quando eu estava no CECI, percebi que as crianças, geralmente, não ficam dentro do espaço. Jacira conta que elas não gostam muito, preferem as atividades externas. Enquanto estávamos conversando, às vezes, escutávamos um grito ou outro, mas era porque era a hora do lanche.

A chuva e o frio podem atrapalhar o plano dos educandos. Algumas vezes, não dá para fazer caminhada para outra aldeia, então eles têm que se contentar com a sala de vídeo. Os educadores colocam um DVD e as crianças assistem a produções que os Guarani fizeram sobre a cultura

do seu povo. Jacira também leva a sua turma para a sala de informática.

Para a educadora, o CECI sofreu muitas mudanças de 2009 até hoje. Principalmente com relação ao planejamento pedagógico. Agora, os educadores toda semana participam de reuniões para decidir qual atividade irão fazer com as crianças.

— As mães também participam mais. No início do CECI, elas não vinham muito. Depois de 2012 ou 2013 que mudou. Elas começaram a participar das atividades, aprenderam a fazer colares de miçangas, entre outras coisas.

Apesar de ficar muito com as crianças, Jacira também gosta de conversar com os mais jovens. Sempre é procurada para dar conselhos. Chega até mesmo a falar de assuntos como a menstruação das meninas.

À noite, ela vai à Casa de Reza. Toda a comunidade costuma se dirigir até o espaço para ouvir a fala dos pajés.

— Eles vão passar para gente o que sabem. Mas não contam tudo. Sobre ervas medicinais, por exemplo, eles não contam tudo, não.

Na cultura guarani é muito comum que a comunidade aprenda com os pajés. Eles também são educadores dentro da aldeia. Jacira disse que os mais velhos lhe ensinaram a plantar, por exemplo.

— Nós seguimos um calendário diferente. Agora, nós estamos na época de plantar. Esses dias, eu plantei quatro pés de mandioca e cana perto da minha casa.

O CANTO DE JACIRA

Era a época que Timóteo Verá Popyguá ainda era o cacique da aldeia Tenondé Porã. Quem visitava a tekoa podia ouvir o canto de jovens e crianças. E no fundo, o som da rabeça e do violão.

Isso era uma amostra do coral da Tenondé Porã. Jacira era uma das vozes que completava o grupo. A educadora diz que sempre gostou de cantar. Foi incentivada pelo pai. Ele era músico, tocava seu violão e, às vezes, se juntavam aos meninos para dançar Xondaro.

— Essa é uma dança para os meninos terem mais coragem. Não sentir medo dos bichos, isso que eu ouvi.

O canto é uma tradição muito forte entre os Guarani, tanto que, no CECI, todos os dias, pela manhã, as crianças vão à Casa de Reza cantar. Muitos acreditam que os cantos vêm de Nhanderu (Deus para o povo Guarani).

Jacira se lembra de ter ido com o pai gravar um CD em Ubatuba, litoral norte de São Paulo. Foi a primeira vez - e a única - que a educadora viajou para fora da capital paulista. Depois, os corais foram gravar na aldeia Krukutu. O resultado foi o lançamento de dois CDs: Ñande Arandu Pyguá (2004) e Nãnde Reko Arandu (2005).

A produção foi distribuída pela empresa MCD, que trabalha com conteúdo audiovisual infantil. Atualmente, as músicas estão disponíveis também na playlist Memória Viva do *Spotify*.

CORAL GUARANI

No início dos anos 2000, o projeto Memória Viva Guarani reuniu onze corais infanto-juvenis para gravar um CD e levar a voz das crianças para o mundo jurua.

Participaram jovens e pequenos das aldeias de São Paulo e Rio de Janeiro: Krukutu, Tenondé Porã, Tekoa Pyau, Sapukai, Boa Vista, Rio Silveira, Itaóca, Rio Branco, Piaçaguera, Pindo ty e Peguao ty.

Mais informações estão disponíveis em <http://www.mcd.com.br/memoria-viva-guarani/>.

Perguntei para Jacira qual música ela mais gosta. A resposta veio rápida: *Tenondé*.

— É só você procurar pelo CD *Nãnde Reko* — Ela me indicou.

Jacira gravou o último CD lá aldeia Krukutu. Quando ela se casou, a educadora saiu do coral e não voltou mais.

— Às vezes, eu tenho vontade de voltar. Eu fico em casa cantando, mas meu marido fala para eu parar. Eu falo para ele que não vou parar não. Eu gosto de cantar.

AS MULHERES DA ALDEIA

Quando tem reunião na comunidade, Jacira participa. Lembra de ter ido ao Encontro de Mulheres que teve na aldeia. O evento contou com a participação de outras tekoas. A educadora se recorda que lá ouviu sobre temas como agressão, abuso e violência doméstica dentro de casa.

— Na hora, eu pensei na minha infância. Meu pai me ensinava muitas coisas, mas ele bebia muito, mas, mesmo assim, nunca deixei de gostar dele.

As crianças já tinham tomado o lanche. A tarde estava ficando gelada e logo terminamos a nossa entrevista. No final, Jacira me confessou que fica nervosa quando tem que falar na frente de pessoas de fora. Ficou assustada com a nossa conversa.



POSFÁCIO



Era uma manhã de sexta-feira ensolarada de julho. Vivíamos a ansiedade pré-jogo do Brasil com a seleção da Bélgica na Copa da Rússia de 2018. Em meio ao som das vuvuzelas, eu estava indo a um evento na Universidade de São Paulo (USP) para assistir a uma mesa com mulheres indígenas. Lá, estava a professora e liderança guarani Jera Giselda, sua fala marcou a minha trajetória durante esse trabalho.

Ela dizia que a Tenondé Porã estava de portas abertas para quem quisesse visitar. Inclusive, eles tinham acabado de lançar um plano de agendamento de visitas (disponível em <https://tenondepora.org.br/>). O povo Guarani receberia os *juruas* com muito respeito, mas a porta só abriria novamente se houvesse uma empatia de ambas as partes. “Você só recebe na sua casa quem você quer”, disse a educadora. Levei esse conselho comigo.

Eu ainda não tinha visitado a Tenondé Porã, nem nenhuma Terra Indígena. Confesso que fiquei insegura no início. A primeira entrevista foi uma “avalanche de ansiedade”. As quatro horas para chegar à aldeia nunca foram tão longas. No entanto, quando cheguei lá, o coordenador cultural Isaque Karai me tranquilizou. Ele queria falar sobre o seu trabalho no CECI. Combinamos que iríamos trocar conhecimentos e



aprender um com outro. Demos aí os nossos primeiros passos rumo à aproximação.

Como eu moro na zona leste, a distância também foi um dos meus principais desafios. Três ônibus. Um metrô. Um trem. Um quilômetro de caminhada. Esse era o meu caminho para a aldeia. Com tempo, a viagem foi se tornando mais familiar e as horas aparentavam ser menos longas.

Ao todo, foram seis visitas. Conhecer a Tenondé foi importante não só para minha formação como jornalista, mas também como cidadã. Eu conhecia a palavra “demarcação” pelas matérias dos jornais. Não entendia o poder dessa expressão. Em minhas conversas com os personagens, sempre visitávamos esse assunto.

A insegurança quanto ao direito a esse território ainda permeia a aldeia. Apesar de ser demarcada, a Terra Indígena Tenondé Porã ainda aguarda a homologação do Governo Federal, para então ser definitivamente reconhecida. Sendo assim, os futuros “homens engravatados” do governo irão ditar os próximos capítulos dessa história.

Eu saí diferente desse trabalho, mas suspeito que tenha plantado uma sementinha também em minha família. Minha mãe, minha irmã, minha sogra e meu noivo conheceram a Tenondé. Na volta, eles começaram a questionar a visão estereotipada que temos dos povos indígenas. Ouvir várias vezes as frases “eu não sabia que uma aldeia era assim” ou “não sabia que lá tinha internet”. Minha mãe saiu falando que o lugar lembrava a terra da sua família em Santana do Ipanema, em Alagoas.

Quando mostrei a primeira versão desse livro para minha mãe, ela ficou surpresa. Desconhecia o Movimento Indígena Brasileiro. “Nossa, eles lutaram muito para conseguir essa terra”, ela me disse, lembrando das nossas visitas à Tenondé. Nesse momento, percebi que esse livro seria voltado para pessoas como ela, que desconhecem a realidade dos povos originários no Brasil. É claro que temos muito que aprender ainda. Mas já foi um bom começo para entender e valorizar a diversidade cultural que temos no país.

Um dia, fui até a aldeia Rio Silveira, em Bertioga, e ouvi o pajé Carlos Papá falar que a melhor forma de ajudar os povos indígenas é os respeitando. Não os julgar. Não ter preconceitos. Não os generalizar. Eu sei que muitos pensam que eles estão distantes da nossa vida cotidiana, no entanto isso não é verdade.

Há Guarani fazendo compras nos supermercados de Parelheiros. Há Pankararu morando nas periferias do Real Parque, bairro do distrito do Morumbi, São Paulo. Pode ser que você encontre o indígena de alguma etnia no metrô, no ônibus, no cinema, na praia. O conselho de Papá é: “respeite”.

Durante esse trabalho, também refleti sobre o meu papel como repórter. Toda vez que eu voltava pela estradinha de terra João Lang, pensava no quanto entrevistas são difíceis de se tornarem diálogos naturais. É uma pena, mas também um desafio.

Fiquei pensando. Por mais que falassem muito bem o português, não deve ter sido fácil para os personagens traduzirem um pouco da sua cultura e das suas experiências pessoais em

uma língua que não é a sua. E pior, em uma língua que por muito tempo foi imposta aos seus antepassados.

Não falamos apenas de educação, mas também de frustrações, amores, inspirações, violência, direitos. Acredito que o trabalho do repórter seja encontrar a melhor forma de criar um diálogo. Uma entrevista não precisa ser um amontoado de perguntas e respostas. Podemos sair diferentes delas. Trocar conhecimentos.

Consigno entender um pouco do receio da educadora Jacira Verissimo, quando me disse que estava assustada com a entrevista. Afinal, estabelecer uma relação de confiança foi um dos nossos principais desafios.



GLOSSÁRIO

Ara pyau: Ano novo;
Ara yma: Ano velho (tradução mais próxima);
Ara: Tempo;
Jurua: Não Indígena;
Nhandereko: Modo de vida guarani;
Nhanderu: Deus;
Petỹ: Fumo de corda;
Tangará: Dança das meninas;
Tekoa: Aldeia;
Xondaro: Dança dos meninos;
Zarabatana: Tubo comprido de madeira através do qual se pode soprar um dardo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACRUZ, P. Aldeias Indígenas de Aracruz. Prefeitura Municipal de Aracruz, 2018. Disponível em: <<http://www.aracruz.es.gov.br/turismo/atracoes-turisticas/19/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

BARBOSA, V. Rabeca: Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=986%3Aarabeca&catid=52%3Aletra-r&Itemid=1>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA, C. Nhandereko-Nosso modo de viver. Comissão Guarani Yvyrupa. Disponível em: <<http://videos.yvyrupa.org.br/nhandereko-nosso-modo-de-viver/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PETECA, C. História da Peteca. Confederação Brasileira de Peteca, 2015. Disponível em: <<http://www.cbpeteca.org.br/historia-da-peteca/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. Conselho Indigenista Missionário, 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, C. De Marçal Tupã-Y a Elizeu Guarani e Kaiowá: mais uma vez, os povos indígenas pedem apoio ao papa. Conselho Indigenista Missionário, 2015. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2015/07/37412/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, C. Guarani Mbya mobilizam-se em São Paulo pela demarcação da Terra Indígena Tenondé Porã. Conselho Indigenista Missionário, 2016. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2016/05/38380/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, C. Pauta | Indígenas constroem seu próprio curso de licenciatura em São Paulo. Conselho Indigenista Missionário, 2018. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2018/08/indigenas-constroem-seu-proprio-curso-de-licenciatura-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

CUNHA, M. C.; CESARINO, P. Políticas culturais e povos indígenas. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2016.

DA SILVA, A. ; FERREIRA, M. K. L. Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE UBATUBA. Indígenas. Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba, 2014. Disponível em: <<https://fundart.com.br/tradicao/comunidades/indigenas/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, F. Funai. Manual de Redação Oficial, 2016. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Outras_Publicacoes/Manual_de_Redacao_Oficial_da_Funai/Manual%20de%20Redacao%20Oficial%20da%20Funai.pdf>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

GUARANI, M. V. Memória Viva Guarani. MCD. Disponível em: <<http://www.mcd.com.br/conheca-a-mcd/sobre-a-empresa/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

HARARI, ; RUBIO, ; KLEIN, T. Instituto Socioambiental. A vida e a luta de Marçal de Souza Tupã'i, 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/a-vida-e-a-luta-de-marc-al-de-souza-tupai>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, I. IBGE. Índigenas IBGE, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, I. IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

KLEIN, T.; HARARI,. ISA- Instituto Socioambiental. Terra Indígena Tenondé Porã é oficialmente dos Guarani, 2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/terra-indigena-tenonde-pora-e-oficialmente-dos-guarani>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

MEDINA, D. A. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.

MELLO, D. Anulação de demarcação em São Paulo gera apreensão em comunidades indígenas. Agência Brasil, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/anulacao-de-demarcacao-em-sao-paulo-gera-apreensao-em-comunidades-indigenas>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, M. MPF reafirma posicionamento contra marco temporal para demarcação de terras indígenas. Ministério Público Federal, 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-reafirma-posicionamento-contra-marco-temporal-para-demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

MISSIONÁRIO, C. I. Por uma Educação Descolonial e Libertadora: Manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil. Missionário, Conselho Indigenista. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Manifesto_EducacaoEscolarIndigena.pdf>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

MUNDURUKU, D. Mundurukando II: roda de conversa com educadores. Lorena: UK'A Editorial, 2017.

NAKAMURA, R. Centro de Trabalho Indigenista. Tenondé Porã: os muitos anos de luta por reconhecimento, 2016. Disponível em: <<https://trabalhoindigenista.org.br/tenonde-pora-os-muitos-anos-de-luta-por-reconhecimento/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

PLANALTO, P. D. R. Planalto. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

PORÃ, T. Aldeia Tenondé Porã. Tenondé Porã. Disponível em: <<https://tenondepora.org.br/sobre/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA. Estância Balneária de Ubatuba. Prefeitura Municipal de Ubatuba, 2018. Disponível em: <<https://www.ubatuba.sp.gov.br/a-cidade/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

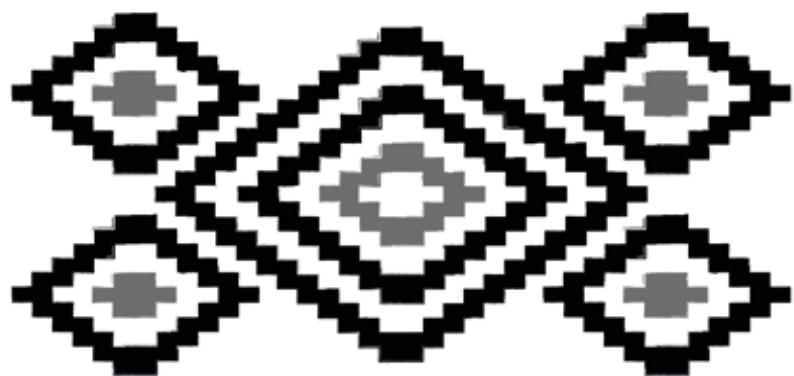
SÁ, A. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Portal da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?-codteor=889041>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Governo de SP lança curso superior para professores indígenas. Governo do Estado de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-de-s-p-lanca-curso-superior-para-professores-indigenas/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, S. P. CECI: 10 anos de história. Prefeitura de São Paulo, 2015. ISSN ISBN. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/CECI--10-anos-de-historia>>. Acesso em: 18 novembro 2018.

SUPERINTERESSANTE. Onde e quando surgiu o violão?. Superinteressante, 2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/onde-e-quando-surgiu-o-violao/>>. Acesso em: 18 Novembro 2018.

FOTOS



Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI.)



Detalhe da fachada do CECI. O Centro de Educação e Cultura Indígena Tenondé Porã possui 11 educadores, e recebe não só crianças, como mães.



Sala da coordenação do CECI Tenondé Porã.



Casa de Reza da aldeia Tenondé Porã. Toda noite o local é visitado pela comunidade.



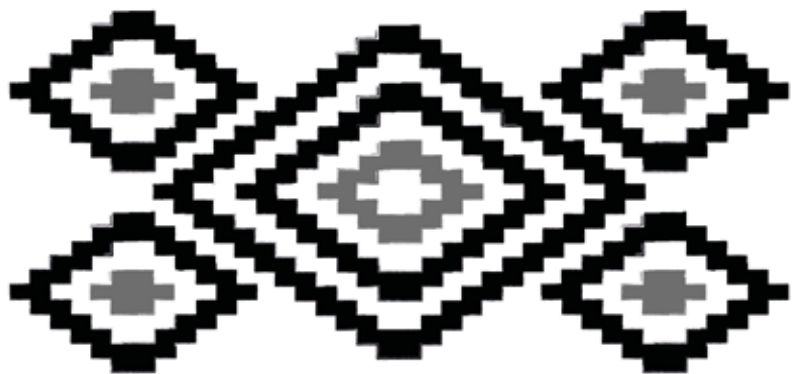
Aldeia Tenondé Porã, em Paralheiros (SP). A aldeia possui 26 hectares demarcados.



Aldeia Tenondé Porã. Ao fundo, a Casa de Reza.



CECI Tenondé Porã.



Texto: Amanda Oliveira

Orientação: Rosana de Lima Soares

Revisão: Leandro Bernardo

Diagramação e capa: Leandro Bernardo

*Arte da capa inspirada na fachada do Centro
de Educação e Cultura Indígena Tenondé Porã*

